

## **APRESENTAÇÃO**

Esta edição de *Crítica e Sociedade*, traz reflexões que percorrem temas relacionados à inclusão, acessibilidade, cultura e política, abordando questões de ordem social, cultural e artística. Os artigos aqui reunidos dialogam com as Ciências Sociais, as Artes e os Estudos Culturais, promovendo a difusão do conhecimento científico com vistas à pluralidade de ideias e ao compromisso democrático.

Os três artigos que inauguram esta edição fazem parte de um pequeno dossiê organizado por Tailon Aparecido Gomes Garcia e Brendaly Santos de Freitas Januário, ambos, doutorandos em Antropologia Social pela Universidade de Goiás, os trabalhos são frutos das discussões realizadas pelo Grupo de Trabalho Estudos sobre Deficiências, Marcadores Sociais da Diferença e Experimentações Teórico-Metodológicas no evento 7º Simpósio Internacional da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

Abre-se esta edição com o artigo "*Comunicação em Libras e a presença de pessoas surdas em espaços culturais de Fortaleza (CE): Fronteiras e possibilidades*", de autoria de Tamara Vieira da Silva. O texto reflete sobre a articulação da língua de sinais e os aspectos culturais das instituições a partir da presença de pessoas surdas, considerando marcadores sociais como deficiência, língua, classe e raça. A autora discute a diversidade dentro da própria comunidade surda e analisa a ressignificação da deficiência como identidade cultural.

Em seguida, o artigo "*Performances culturais e artísticas com artistas sem e com deficiência: Experiências teatrais no Grupo de Dança Diversus*", de Renata Valério Póvoa Curado, Vanessa Helena Santana Dalla Déa, Marlini Dorneles de Lima e Rosirene Campelo dos Santos, apresenta uma análise das práticas teatrais inclusivas no Grupo de Dança Diversus. A pesquisa, fundamentada em reflexões sobre corpos políticos, acessibilidade e estética do performativo, propõe as noções de poéticas e dramaturgias acessíveis como desdobramentos do trabalho criativo do grupo.

O texto "*Acessibilidade para pessoas com deficiência visual nos espetáculos do Grupo de Dança Diversus*", escrito por Vanessa Helena Santana Dalla Déa e Marlini Dorneles de Lima, aborda estratégias inclusivas desenvolvidas pelo grupo para ampliar o acesso cultural às pessoas com deficiência visual. Por meio de uma análise qualitativa e descritiva de três espetáculos, o artigo destaca os desafios e avanços na busca por uma dança inclusiva e acessível, promovendo a dignidade humana e a valorização da diversidade.

No campo da política e do marxismo, o artigo "*A contribuição de Marcos Kaplan ao debate marxista sobre o Estado na América Latina*", de Leonardo Granato, resgata as reflexões do autor sobre

o Estado periférico e dependente. A partir de uma análise histórico-estrutural, o texto apresenta os principais traços da abordagem de Kaplan sobre a trajetória da instituição estatal na América Latina, com foco nas décadas de 1970 e 1980.

Encerrando esta edição, apresentamos a resenha de "*A escolha da guerra civil: Uma outra história do neoliberalismo*", elaborada por Leonardo Barbosa e Silva, que discute as análises de Dardot e Laval sobre a relação estrutural entre neoliberalismo e violência. A obra em questão propõe uma leitura crítica sobre como o neoliberalismo opera uma “guerra civil” contra grupos marginalizados, problematizando a centralidade europeia da análise e apontando desafios para entender suas dinâmicas no Sul Global.

Os editores

## **COMUNICAÇÃO EM LIBRAS E A PRESENÇA DE PESSOAS SURDAS EM ESPAÇOS CULTURAIS DE FORTALEZA (CE): Fronteiras e possibilidades<sup>1</sup>**

## **COMMUNICATION IN LIBRAS AND THE PRESENCE OF DEAF PEOPLE IN CULTURAL SPACES IN FORTALEZA (CE): Boundaries and possibilities**

Tamara Vieira da Silva <sup>2</sup>

### **Resumo**

A presença de pessoas surdas em espaços de promoção cultural alcança complexidades subjetivas, linguísticas e políticas; que, neste caso, tem composto vivências minhas em Fortaleza. Com isto compartilho uma pesquisa-ação realizada na Pinacoteca do CE a fim de refletir sobre como marcadores sociais das diferenças como deficiência, língua, classe e raça; são acionados interseccionados com o marcador da surdez. Considero, ainda, que há uma diversidade e peculiaridades que distinguem pessoas surdas dos demais grupos de pessoas com deficiência – assim como dentro do próprio grupo de pessoas surdas, que são o uso de uma língua legitimada por lei, a ressignificação da deficiência como marca identitária e a luta pelo reconhecimento de uma cultura própria motivada por esses dois elementos anteriores. Posto isto, discuto aqui como a língua de sinais se articula com aspectos culturais de instituições a partir da presença de pessoas surdas nelas e dos marcadores que estas carregam.

**Palavras-chave:** Surdez, Língua, Cultura

### **Abstract**

The presence of deaf people in spaces of cultural promotion reaches subjective, linguistic and political complexities; which, in this case, have made up my experiences in Fortaleza. With this, I share an action-research project carried out at the Pinacoteca do CE in order to reflect on how social markers of difference such as disability, language, class and race are activated and intersected with the marker of deafness. I also consider that there is a diversity and peculiarities that distinguish deaf people from other groups of people

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada na data de 12 de setembro de 2024, no Grupo de Trabalho Estudos sobre Deficiências, Marcadores Sociais da Diferença e Experimentações Teórico-Metodológicas no evento 7º Simpósio Internacional da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

<sup>2</sup> Doutoranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás. Mestra em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação Associado entre Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/ Universidade Federal do Ceará. Especialista em Língua de Sinais de Brasileira - Tradução e Ensino pela Universidade 7 de setembro. Bacharela e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará. Atua como Tradutora/Intérprete em Língua de Sinais Brasileira na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab. Tem experiência como Pesquisadora na área de Antropologia, com ênfase em Estudos sobre Surdez, Deficiência e Inserção Social. E como Tradutora nas áreas da Educação e Artes com perspectiva afro-referenciada.

with disabilities - as well as within the group of deaf people itself, which are the use of a language legitimized by law, the re-signification of disability as an identity mark and the struggle for recognition of their own culture motivated by these two previous elements. Having said that, here I discuss how sign language is articulated with cultural aspects of institutions based on the presence of deaf people in them and the markers they carry.

**Keywords:** Deaf, Language, Culture

## INTRODUÇÃO

A presença de pessoas surdas em espaços de promoção cultural em Fortaleza, tem-se configurado em um cenário composto também por pessoas ouvintes; e que, por sua vez, remete a um campo cuja compreensão se complexifica na medida em que consideramos seus contornos subjetivos, linguísticos, corpóreos e políticos.

As minhas vivências enquanto pesquisadora, antropóloga, tradutora e intérprete em língua de sinais, ouvinte e irmã de uma pessoa surda, tem me permitido acessar esse universo relacional configurado por pessoas surdas e ouvintes em esferas familiares, educacionais e institucionais.

Entendendo a surdez como um marcador social da diferença, consideramos que esta pode ser analisada a partir de pessoas que se autoidentificam como surdas e acionam como aponta os estudos de Anahi Mello (2006), Eudênia Barros (2015) e Tamara Vieira (2022) uma diversidade de condições de acesso à comunicação e à informação a partir de peculiaridades que distinguem as pessoas surdas dos demais grupos sociais de pessoas com deficiência – assim como dentro do próprio grupo de pessoas surdas, tais como: o uso de uma língua visual-espacial legitimada por lei, a ressignificação da deficiência como marca identitária, a luta pelo reconhecimento de uma cultura própria e além disso, estruturas de poder que interferem nessas condições marcadas pela classe social, raça e lugar de origem dessas pessoas.

Segundo a definição legal brasileira a Língua Brasileira de Sinais – Libras é definida, como consta na Lei nº 10.436/2002, como “[...] a forma de comunicação e expressão em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.” (BRASIL, 2002). E a partir do que consta no Decreto nº 5.626/2005, a pessoa surda é “[...] aquela que, por perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” (BRASIL, 2005).

Historicamente o uso e reconhecimento dessa língua segundo Carlos Assis Silva (2012) é complexo e não linear; pois, além do trâmite na instância federal, que durou de 1996 a 2002, essa língua foi reconhecida também em outras localidades, nos planos municipal e estadual (p. 192); assim como se constituiu num campo de disputa dentro de comunidades surdas, acadêmicas, associações; envolvendo pessoas ouvintes e surdas. Nessas disputas discursos sobre surdez a partir de uma perspectiva cultural e identitária se fortalece a partir do parâmetro linguístico que compõem a comunicação desse público com a sociedade como um todo.

Aproximam-se então profissionais, pesquisadoras, professoras surdas e ouvintes aos movimentos em defesa da língua de sinais e da surdez como um marcador de diferença cultural, de uma maneira que, se torna perceptível a articulação entre academia e militância social de comunidades surdas quando pessoas surdas foram se apropriando destes discursos utilizando conceitos como cultura, identidade, dentre outros. No Brasil, a Libras se consolida então, em um contexto histórico como nos conta Carlos Assis Silva (2012), caracterizado por movimentos sociais ativistas, religiosos e intelectuais que configuram o que se chama movimento da comunidade surda.

Pensando a partir dessas discussões e vivências espaços de promoção cultural em Fortaleza, somam-se trabalhos que venho fazendo em peças teatrais, performances e apresentações musicais interpretando o que estava sendo dito em português, na modalidade oral-auditiva para a língua de sinais brasileira; e, considerando, a experiência mais recente, atuando como intérprete em mediações culturais com a parceria de arte-educadoras(es) surdas(os) e outros(as) intérpretes, de uma maneira que fui me movimentando ao campo de atuação para esta pesquisa que será aqui apresentada.

Pretendo aqui compartilhar as ações que desenvolvemos – eu e as pessoas interlocutoras desta pesquisa; a partir de registros fotográficos, transcrições e traduções as primeiras reflexões que fomos tendo ao longo da construção e efetivação da atividade final apresentada: uma visitação em língua de sinais pelo acervo da Pinacoteca do Ceará<sup>3</sup>. Para isso rememoro esta ação fazendo o resgate de relatórios, relatos e fotografias realizados no período da pesquisa à luz das referências bibliográficas apresentadas com a finalidade de apontar discussões sobre surdez, língua de sinais, trocas e comunicação em espaços de promoção cultural entre pessoas surdas e ouvintes.

---

<sup>3</sup> A Pinacoteca do Ceará é um museu integrante da Rede Pública de Equipamentos da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (Secult -- CE). Inaugurada em dezembro de 2022, tem a missão de salvaguardar, preservar, pesquisar e difundir a coleção de arte do Governo do Estado, sendo espaço de ações formativas com artistas, comunidade escolar, famílias, movimentos sociais, organizações não-governamentais e demais profissionais do campo das artes e da cultura. Trata-se de um espaço de experimentação, pesquisa e reflexão para promover o diálogo entre arte e educação a partir de práticas artísticas. Fonte: <https://pinacotecadoceara.org.br/pinacoteca-do-ceara/> Acesso em 16 de novembro de 2024.

## RECURSOS E MÉTODOS DE APROXIMAÇÃO COM O CAMPO

O interesse por refletir e experienciar a ocupação da pinacoteca com outras pessoas surdas surge da primeira vez em que estive no equipamento e me senti atravessada por algumas obras da exposição “Negros na Piscina”. Esses questionamentos me vieram quando enxerguei nos registros, instalações em vídeos, esculturas e peças que fazem parte desse acervo, que me fizeram rememorar memórias em família. Na ocasião eu estava com a minha irmã, uma pessoa surda; e pensei: quais campos as memórias de pessoas surdas acessam quando acessam essa exposição? O que nos aproxima? O que nos distancia? Quais as fronteiras entre pessoas surdas e ouvintes que possam ser exploradas em uma visita neste espaço, por exemplo.

Quando surge então a oportunidade de atuar como pesquisadora a partir do I Edital de Pesquisa e Criação da Pinacoteca, no eixo Arte-Educação e Acessibilidade consigo acionar um grupo de pessoas surdas para visitarem a Pinacoteca do estado do Ceará e elaborá-la.

O levantamento de quais pessoas participariam da visita foi feita a partir de um formulário de inscrição virtual em foram coletados nomes completos, *e-mails*, número para contato, idade, documento de identificação, lugar onde mora, identificação racial e restrições alimentares.

Figura 1

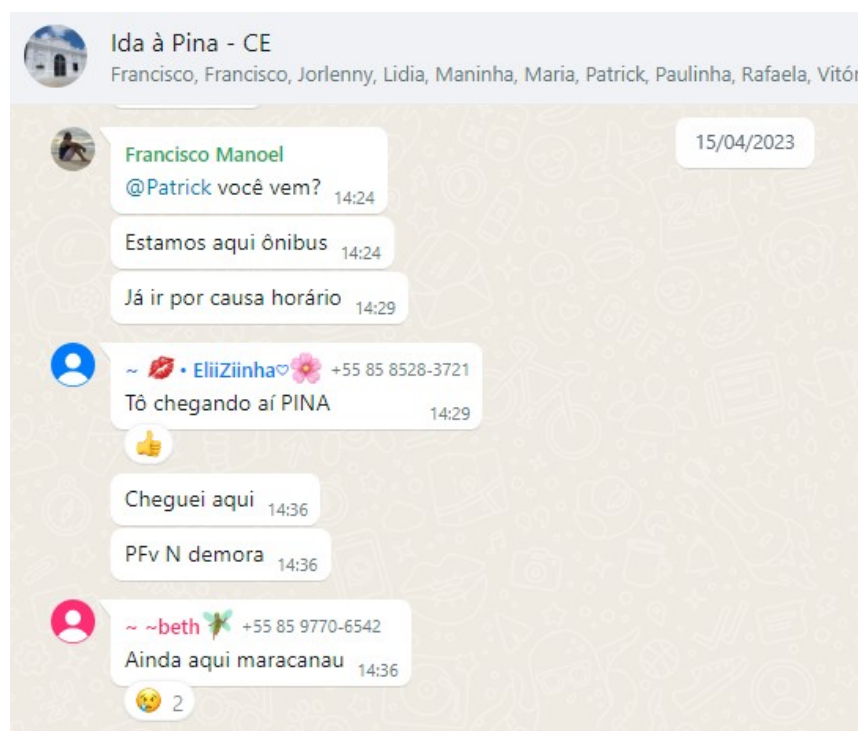


Essas informações foram coletadas entendendo-as enquanto relevantes para compreendermos quais pertencimentos poderiam ser acionados durante a visita, tais como raça, geração e lugar de origem. No que diz respeito ao quantitativo de respostas que tivemos contamos

com a inscrição de 24 pessoas surdas, entre 15 e 37 anos, que se autodeclararam pardas (17), pretas (7) e brancas (4). Dentre esse número tivemos 4 pessoas moradas de Redenção, 8 de Maranguape, 10 de Maracanaú<sup>4</sup> e 2 de Fortaleza – capital do Ceará.

A partir desse número de pessoas criamos um grupo de troca de mensagens em um aplicativo de celular a partir do qual fomos nos organizando no que envolveu data, horário, saída do transporte (disponibilizado pela Pinacoteca) e articulações de ponto de encontros.

**Figura 2**



Conseguimos realizar então a visita com um grupo de 11 pessoas surdas divididas entre moradoras de Guaiuba, Maranguape, Maracanaú e Fortaleza. O percurso contou com uma curadoria de obras feita por mim e a professora orientadora da pesquisa – a partir de estudos e imersão feitas também com colegas da equipe de pesquisa. A mediação da visita foi feita por mim e pelo arte-educador surdo Weverson Martins, em colaboração com um arte-educador ouvinte fluente em língua de sinais, uma arte-educadora ouvinte com fluência básica em língua de sinais e com a tradução/interpretação de duas profissionais tradutoras/intérpretes em Libras.

<sup>4</sup> Municípios de até 55 km de distância de Fortaleza.



**Figura 3**



**Figura 4**



Essa pesquisa cumpriu com seu objetivo que foi o de apresentar a comunidades surdas o acervo da Pinacoteca, assim como das atividades que o equipamento estava propondo através de uma construção em parceria com pessoas surdas. Assim, a fim de cumprir esse objetivo alguns



passos foram dados que podem ser lidos como os objetivos específicos desta pesquisa-ação: analisar do acervo atual da Pinacoteca; fazer curadoria das obras e exposições; estudar as obras e exposições escolhidas em língua de sinais e em parceria com um arte-educador surdo; convidar pessoas surdas para acessarem o equipamento; e disponibilizar transporte para o deslocamento do grupo pertencentes às regiões distantes da capital do estado.

Nessa pesquisa contamos então como produto final uma visitação pelo acervo mediada em língua de sinais, com interpretação para o português para as pessoas ouvintes presentes, entendemos, assim, a pinacoteca como um espaço de acessos, formações, pesquisas e de sensibilização.

**Figura 5**



**Figura 6**



**Figura 7**



## **CURADORIA DAS OBRAS: FRONTEIRAS E APROXIMAÇÕES A PARTIR DO ACERVO**

Considerando a possibilidade de que experiências entre pessoas surdas e ouvintes possam estabelecer fronteiras entre si, acessamos a partir dessa ocupação vivências em comum trazidas a partir de memórias acionadas durante o percurso pelas obras referenciando lugares de origens e históricos familiares que se aproximaram naquele momento.

A equipe de pessoas que foi sendo acionada para somar a este trabalho envolveu pessoas surdas com as quais eu trabalho atualmente, com a minha irmã, com pessoas surdas que já trabalhei e com pessoas surdas que foram convidadas por outras pessoas surdas, mas que ainda não conhecíamos. Além disso, um dos conceitos intencionalmente pensado para ser acionado nessa visita foi o de “memória”, de uma maneira que, escolhemos obras que pudessem remeter a regiões do estado, festas em família, aprendizados com pessoas mais velhas e registros de álbuns fotográficos. Trago registros de algumas das obras que fizeram parte da mediação.

Figura 8 – Exposição Se Arar



Curas ou práticas que minha avó me ensinou, 2021 ; Capim-santo, 2021

**Figura 9**



viveres,2020



**Figura 10 - Exposição Negros da Piscina**



aniversário de 6 anos da renatinha, 1988

**Figura 11**



performance dia de folga, 2021

**Figura 12**



série becas, 1985

A partir das obras “curas ou práticas que minha avó me ensinou” e “capim-santo” compartilhamos memórias relacionadas às nossas avós, aos remédios naturais que elas usavam para nos curar de gripes, dores na barriga e febres; compartilhamos sobre como eram/são as casas das nossas avós, falamos sobre os quintais dessas casas, de como nós os acessávamos, de como nossas avós conheciam esse espaço e qual a função de cada planta que havia ali.

Lembro que quando sentia dor de barriga minha vó ia no quintal, eu lembro que ficava olhando ela pegando em cada planta, cheirando e vendo qual combinaria com o que eu estava sentindo. Lembro que geralmente ela fazia algum chá ou colocava em garrafas com água pra eu levar pra casa. (Interlocutor Surdo, março 2023, Fortaleza)

A partir do que compartilhamos sobre a obra “viveres” tivemos acesso a depoimentos de uma das participantes surda moradora da região metropolitana relatando sobre como lembrou do pai saindo para ir trabalhar em direção à estação de trem que tinha próximo de onde moravam, lembra também de fotografias do avô em uma estação parecida com a da foto e ficou pensando

sobre como o avô e o pai se deslocavam da região para a capital de trem, todos os dias, para trabalharem.

Essas três obras, “curas ou práticas que minha avó me ensinou”, “capim-santo” e “viveres” faziam parte da exposição “Se Arar”, uma exposição que reuniram artistas cearenses marcando a abertura da Pinacoteca do Ceará:

As obras imaginam o passado, o presente e o futuro do Ceará: como foi, como é, e como poderia ser. Quando as obras fabulam como foi o Ceará, elas entram no campo de disputa da memória e das narrativas “oficiais” de como foi o passado. Quando as obras fabulam como é o Ceará, elas entram no campo de disputa da interpretação de como é o presente. E quando as obras fabulam como poderia ser o Ceará, elas entram no campo de disputa da imaginação de como poderia ser o futuro. (Lucas Dilacerda, 2023, Fortaleza)

A fim de que memórias de pessoas surdas também pudessem compor e serem compostas pela exposição mencionada é que essa mediação foi pensada, a fim de que pudéssemos enquanto pessoas ouvintes e fazedoras daquele espaço também considerássemos confabular, ficcionar e construir memórias com outros corpos, a partir de outra língua e outra linguagem – pois entendo que essa disputa da imaginação está posta para todos os sujeitos. O que quero dizer com isso é que falas como as trazidas até aqui me remetem ao que Ceará foi e pode ser a partir de perspectivas outras – não só as que até então vinham sendo acionadas nesse espaço, já que esta foi a primeira visita, desde a sua inauguração, que aconteceu voltada para o público surdo, mediada por um arte-educador surdo e tendo como primeira língua a Libras – Língua Brasileira de Sinais.

## **TROCAS EM LÍNGUA DE SINAIS: LIMITES, POSSIBILIDADES E FRONTEIRAS**

A fim de darmos continuidade às reflexões dessa escrita trago algumas pesquisas para nos conduzir. Com o objetivo de compreender como que agenciamentos e ocupações são possíveis e como essas podem realizar o que Camila Azevedo de Moraes Wichers (2020) entende enquanto fissuras, a pesquisadora ouvinte entende que narrativas de musealização e imagéticas conformam imagens de controle na medida em que elaboram a configuração dos museus imbricada com colonialismos e imperialismos, de uma maneira que, marcadores sociais das diferenças são identificados atravessados e sustentados pela colonialidade.

(...) se por um lado o cenário da musealização e da comunicação da arqueologia é marcado por pagamentos e exclusões, por outro lado, experiências tem buscado operar nas fissuras da colonialidade, em museus comunitários, em museus ditos tradicionais ou em políticas de restituição. Representações não dizem respeito apenas à políticas identitárias, elas reproduzem a ordem colonial, o que pode significar a morte simbólica,



e também física, daqueles que não se enquadram na norma. Por isso, urge repensarmos as narrativas que construímos. (WHICHERS, 2020, p. 228)

Em diálogo com essa compreensão trago Sabrina Ribeiro – artista visual, educadora e pesquisadora surda; e Priscila Arantes – pesquisadora, crítica e curadora ouvinte (2022) que discutem a importância do protagonismo surdo em museus de um modo que partem da hipótese de que:

(...) se houver de fato um protagonismo surdo nos museus, em toda sua plenitude, desde exposição de artistas surdos, para público surdo e com educadores surdos, isso possibilitará uma melhor consolidação da cidadania surda, tanto no sentido de desinvisibilizar artistas surdos, como de garantir emprego qualificado para profissionais surdos e ainda, estimular a frequência do público surdo em museus e demais espaços culturais. (RIBEIRO E ARANTES, 2022, p. 20)

E referencio também o arte-educador surdo Leonardo Castilho e a tradutora Carolina Fomin (2019) quando consideram o potencial educativo-cultural de iniciativas como estas. Para ambos, a inclusão de pessoas com deficiência nessas dinâmicas significa promover e garantir condições de igualdade no exercício dos direitos e das liberdades fundamentais dessas pessoas.

(...) convidar o surdo a fazer parte da elaboração de projetos e a participar ativamente do processo de construção dessas iniciativas. É imprescindível voz ativa na construção coletiva, onde as diferenças tornam-se um valor e o museu ganha uma língua visual com toda sua potência de criação artística. Dessa forma, por meio da instituição, a arte e a cultura atuam como disparadores de processos de trocas de experiências e formação identitária, trazendo o público surdo ao protagonismo na construção da sociedade que deseja viver. (FOMIN E CASTILHO, 2019, p. 251)

Assim, entendo que pensarmos acerca das narrativas e performances que vêm sendo construídas em equipamentos culturais se torna relevante, inclusive quando destacamos que tais iniciativas se dão em conexão com políticas públicas de incentivo à cultura, bem como com a busca por tornar acessível artefatos culturais produzidos em nossas sociedades.

Durante essa ação aqui compartilhada, percebemos que o público foi construindo suas formas de ocupação nesse espaço, que a entendo enquanto determinada pela comunicação que foi utilizada: em língua de sinais – uma língua visuoespacial, a partir da formação de rodas de conversa diante das obras selecionadas.

Explico: a roda de conversa foi pensada como um momento após a visita mediada, direcionada para outro espaço. Porém, na medida em que a mediação foi acontecendo as pessoas surdas que estavam presentes foram se organizando em rodas diante de cada obra exposta e debate proposto a partir delas, pois a cada necessidade de fala alguém sinalizada: “VAMOS AQUI

OLHAR, POR FAVOR VEM AQUI FRENTE PORQUE ATRÁS NÃO DÁ VER, PRECISA VISUAL COMUNICAÇÃO”.

Considerando a interpretação que hoje faço acerca desses momentos entendi que a mediação não estava mais sendo feita apenas pelo que nós enquanto proponentes havíamos planejado, ou a partir do que até então tínhamos como ideia; mas também pelas demandas e agenciamentos feitos ali no momento da visita. Assim, se revisitarmos os registros do dia vamos ver as rodas que se formaram em torno das obras para que as sinalizações ali feitas fossem acessadas por todas as pessoas do grupo. Exemplo de um desses momentos:

**Imagem 13**



Imagem 14



Imagem 15





Imagem 16



Como produto final da pesquisa desenvolvida naquele período consideramos que a pesquisa oportunizou ao equipamento da Pinacoteca do Ceará a oportunidade de trabalhar com um público de pessoas surdas sinalizantes e que acionaram instâncias físicas do espaço de uma forma diretamente relacionada com essa condição comunicativa. Considerando, então, que ocuparam o espaço que com gestos, sinais, círculos, expressões faciais e corporais como um todo. Essa ocupação permitiu que profissionais da instituição tivessem o primeiro contato com um público composto majoritariamente por pessoas surdas e com uma mediação realizada a partir da língua de sinais como primeira língua de acesso.

## CONSIDERAÇÕES PARA CONTINUARMOS O DEBATE

Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) trazem ainda interseccionalidade como uma práxis crítica que permite o uso do conhecimento teórico em função da promoção de ações sociais, na vida prática em prol de justiça social. No caso dessa pesquisa, a intencionalidade é o engajamento com vivências de pessoas e comunidades surdas, considerando suas demandas enquanto grupo de pessoas historicamente privadas de direitos. Acredito, portanto, que seja possível estabelecer uma relacionalidade entre esses marcadores sociais e sistemas de opressão que configuram as relações investigadas no campo em questão.

Fazendo então uma leitura da surdez a partir de uma lente etnográfica referencio Pedro Lopes (2019), de que não compete a antropologia uma compreensão apartada entre corpo, mente e relações sociais. Portanto, interpretar antropologicamente surdez significa trazê-la perpassadas por particularidades vividas enquanto substrato social articulada com condições corporais.

Considerando essas percepções, o caminho proposto aqui é mostrar um ponta pé inicial para possíveis análises de espaços de promoção cultural em Fortaleza a partir de sua ocupação por pessoas surdas, considerando as performances em língua de sinais que passam a compor esses equipamentos.

Com esse caminho percorrido entendemos que é fundamental ocuparmos esses equipamentos com pessoas que se interessem por essa investigação e que possam contribuir para formarmos olhares diversos sobre essas atuações em espaços de promoção cultural, não só em Fortaleza, mas também em se tratando de Brasil e fora do país. Esse início de investigação aponta para atentarmos sobre as formas de comunicação, agenciamento e atuações que apontam para especificidades e práticas envolvendo públicos de pessoas surdas.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Eudênia Magalhães. **Ações Coletivas, Identidade e Mobilizações Políticas: Movimento Social Surdo e a Luta Por Reconhecimento**. 2015. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

BRASIL. **DECRETO nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei 82 nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm) Acesso em: 21 abr. 2016.

BRASIL. **LEI nº 10.436 de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua de Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm) Acesso em: 21 abr. 2016.

COLLINS, Patricia Hill. BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** São Paulo: Boitempo, 2020.

DILACERDA, Lucas. **Cearás Fabulados.** Disponível em: <https://pinacotecadoceara.org.br/exposicoes/bonito-pra-chover/se-arar/> Acesso em: 17 nov. 2024.

FOMIN, Carolina Fernandes; CASTILHO, Leonardo. **O educador surdo e o tradutor intérprete de libras na mediação cultural:** um estudo de caso no Museu de Arte Moderna de São Paulo. Petrópolis: Arara Azul, 2019, v. I. (p. 224-256)

MELLO, Anahi Guedes. **O modelo social da surdez:** um caminho para surdolândia? **Revista Mosaico Social.** Florianópolis, ano 3, n. 3, 2006. (p. 55-75)

LOPES, Pedro. **Deficiência como categoria de análise:** trânsitos entre ser, estar e se tornar. *Anuário Antropológico*, v. 44. n. 1, 2019. (p. 67-91)

MORAES-WICHES, Camila Azevedo. **Arqueologia, processos de musealização e representação no Brasil:** enredos da colonialidade, fissuras e contranarrativas. In. *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*. Vol. 9 No. 2, 2020. (p. 228)

RIBEIRO, Denise Sabrina. ARANTES, Priscila. **Cultura Surda em museus:** o lugar de fala na mediação de surdos. *DAT Journal - Design, Arte e Tecnologia*, v.7 n.4 2022.

SILVA, César Augusto de Assis. **Cultura surda:** agentes religiosos e a construção de uma identidade. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. (p. 192)

SILVA, Tamara Vieira. **Histórias de vida e corporeidades:** ingressos de pessoas surdas na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira. 2022. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira, Fortaleza, 2022.

## **PERFORMANCES CULTURAIS E ARTÍSTICAS COM ARTISTAS SEM E COM DEFICIÊNCIA: EXPERIÊNCIAS TEATRAIS NO GRUPO DE DANÇA DIVERSUS<sup>1</sup>**

### **CULTURAL AND ARTISTIC PERFORMANCES WITH ARTISTS WITHOUT AND WITH DISABILITIES: THEATRA EXPERIENCES IN THE DIVERSUS DANCE GROUP**

Renata Valério Póvoa Curado<sup>2</sup>  
Vanessa Helena Santana Dalla Déa<sup>3</sup>  
Marlini Dorneles de Lima<sup>4</sup>  
Rosirene Campelo dos Santos<sup>5</sup>

#### **Resumo**

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada na data de 12 de setembro de 2024, no Grupo de Trabalho Estudos sobre Deficiências, Marcadores Sociais da Diferença e Experimentações Teórico-Metodológicas no evento 7º Simpósio Internacional da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Goiás. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Performances Culturais da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Mestra em Memória Social na área de Humanidades da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Especialista em Linguagem, Cultura e Ensino pela Universidade Estadual de Goiás. Licenciada em Artes Cênicas. Pedagoga. Artista, Diretora Artística e Coordenadora Pedagógica do Grupo de Dança Diversus. Bolsista Capes do curso de Doutorado. Professora Substituta na Faculdade de Educação Física e Dança, no curso de Dança da Universidade Federal de Goiás. Pesquisadora de acessibilidade cultural nas Artes da Cena.

<sup>3</sup> Docente da Faculdade de Educação Física e Dança, do Mestrado e Doutorado em Performances Culturais, do Mestrado em Ensino na Educação Básica e Mestrado em Educação Física e do da Universidade Federal de Goiás. Possui graduação, mestrado e doutorado em Educação Física na Universidade Estadual de Campinas. Pós-doutorado em Estudos Culturais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e em Performances Culturais pela Universidade Federal de Goiás, estudando formação docente para inclusão. Coordenadora do Laboratório de Práticas Aquáticas, Artes, Movimentos e Inclusão de Goiás Pramigo. Apresenta publicações nas áreas de educação inclusiva, formação docente para inclusão, acessibilidade cultural, síndrome de Down, envelhecimento, práticas aquáticas, dança, educação e educação física. É artista e bailarina desde 1993. Coordenadora de acessibilidade do Grupo de Dança Diversus. Foi Diretora do Sistema Integrado de Núcleos de Acessibilidade da UFG (2013-2018), presidente da Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada - SoBAMA (2022-2024), diretora científica da Associação Síndrome de Down de Goiás - ASDOWN (2020-2024). Atualmente atua como Representante do Brasil na Federación Sudamericana de Actividad Motora Adaptada; Membro do Núcleo Interdisciplinar em Envelhecimento UFG. Mãe de pessoa com deficiência. Email: [vanessasantana@ufg.br](mailto:vanessasantana@ufg.br)

<sup>4</sup> Docente da Universidade Federal de Goiás (UFG), dos cursos de Licenciatura em Dança e no Programa de Pós-graduação em Artes da Cena, doutora pela Universidade de Brasília (UnB), membro e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Investigação Cênica Coletivo 22, e intérprete-criadora do Núcleo Coletivo 22. Capoeirista do Espaço Cultural Águas de Menino, vinculado ao Centro de Capoeira Angola Angoleiro Sim Sinhô. Diretora artística do Grupo de Dança Diversus, vinculado ao Laboratório de Práticas Inclusivas PRAMIGO.

<sup>5</sup> Artista, dançarina e docente da Universidade Estadual de Goiás (ESEFFEGO-UEG). Mestre pela UNB, Especialista em Pedagogias da Dança, CEAFFI/PUC. Coordenadora Pedagógica e Intérprete-Criadora do Grupo de Dança Diversus. Integrante do Núcleo de Pesquisa e Investigações Cênicas Coletivo 22 (NUPICC).



PERFORMANCES CULTURAIS E ARTÍSTICAS COM ARTISTAS SEM E COM DEFICIÊNCIA:  
EXPERIÊNCIAS TEATRAIS NO GRUPO DE DANÇA DIVERSUS  
*Renata Valério Póvoa Curado; Vanessa Helena Santana Dalla Déa; Marlíni Dorneles de Lima; Rosirene Campelo dos Santos*

Este trabalho parte da prática como pesquisa nas experiências teatrais realizadas junto ao Grupo de Dança Diversus, coletivo artístico vinculado à extensão da Universidade Federal de Goiás em Goiânia-GO, o grupo é formado por pessoas sem e com deficiência. As experiências nesse espaço de formação, produção artística e pesquisa são fundamentadas e analisadas, à luz dos estudos sobre a deficiência e sua relação com as artes da cena, da colaboração de escritos e reflexões de artistas def que pensam sobre a produção estética a partir da deficiência, entre outros autores e autoras que versam sobre corpos políticos e acessibilidade. O escrito transita pelo diálogo analítico crítico apoiado em pressupostos das Ciências Sociais, como a Antropologia em diálogo com a Arte, com a performance e performatividade, com camadas de inquietudes alicerçadas pela Estética do Performativo, para elaborar a noção de poéticas acessíveis e dramaturgias acessíveis como um dos desdobramentos do trabalho criativo e formativo neste grupo.

**Palavras-chave:** Performances. Corpos Políticos. Pessoa com deficiência. Práticas Teatrais.

**Abstract**

This work starts from practice as research into theatrical experiences carried out with the Diversus Dance Group, an artistic collective linked to the Extension of the Federal University of Goiás in Goiânia-Go, the group is made up of people without and with disabilities. The experiences in this space of training, artistic production and research are based and analyzed, in the light of studies on disability and its relationship with the performing arts, the collaboration of writings and reflections of def artists who think about aesthetic production from the disability, among other authors who deal with political bodies and accessibility. The writing moves through critical analytical dialogue supported by assumptions from Social Sciences, such as Anthropology in dialogue with Art, with performance and performativity, with layers of concerns based on Performative Aesthetics, to elaborate the notion of accessible poetics and accessible dramaturgies as one of the consequences of the creative and formative work in this group.

**Keywords:** Performances. Political Bodies, People with disabilities. Theatrical practices.

## INTRODUÇÃO

*A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.*  
*Fernando Birri (in Galeno, 1994)*

Para iniciar este texto acreditamos ser importante nos apresentar de forma situada em nossas singularidades orientadas pela noção de marcadores sociais da diferença, a partir de uma

perspectiva das Ciências Humanas interconectadas com discussões a respeito de lugar de fala e das ações de acessibilidade.

Renata Valério Póvoa Curado, mulher cis, branca, sul-americana, anticolonialista, anticapitalista, professora, artista, estudante, performer das artes da cena, entusiasta das lutas de classes, e, além de outras características também importantes, irmã de um jovem adulto que possui múltiplas deficiências intelectuais, e, dentre elas, está dentro do transtorno do espectro autista, nível de suporte III – que necessita de suporte severo. É importante salientar este fato porque este é um motivador e uma fonte de inspiração para seus trabalhos acadêmicos e artísticos.

Vanessa Helena Santana Dalla Déa mulher cis, branca, com 53 anos, atuante na luta de direitos e educação da pessoa com deficiência e da pessoa idosa há mais de três décadas. Mãe de uma pessoa com deficiência intelectual. Artista e bailarina desde criança, aquática, pesquisadora sobre inclusão e acessibilidade, extensionista e professora que ama o que faz.

Marlini Dorneles de Lima, mulher cis, negra de pele não retinta, nascida no sul global, mais precisamente em território Abya Yala, é bisneta de uma benzedeira, indígena descendente do povo Guarani do sul do Brasil, na região do pampas gaúchos, é mãe solo, tia, artista e pesquisadora da dança e docente na universidade, agora habitando o cerrado brasileiro, vem se dedicando a atuar na área de metodologia do ensino e pesquisa em dança com ênfase a pensar o direito de todos os corpos dançarem, pesquisa e vivência de poéticas afro-ameríndias e sua relação com a arte contemporânea, na encruzilhada de sua trajetória de vida e arte traz a poética acessível e a capoeira angola além de outras manifestações da cultura afro-diaspóricas para pensar outras formas de ensinar e fazer dança.

Rosirene Campelo dos Santos, mulher cis, negra, mãe, esposa, artista, pesquisadora da dança e docente da universidade. Vem desenvolvendo seus estudos e pesquisas a partir das temáticas que discutem a dança e suas interlocuções com a educação, a infância, a diversidade e as manifestações da cultura afro-diaspórica.

E é neste encontro de vida e arte, em uma encruza constituída por seus marcadores sociais da diferença, não apenas de forma individual mas coletivamente reclamam sua existência que voltamos ao entendimento de ‘lugar de fala’, pois o mesmo “possibilita um olhar sobre as experiências dos corpos subalternizados, valorizando o lugar comum, compreendido como *locus* social que atravessa as experiências coletivizadas” (Santos, 2019, p, 361 ), ou seja, este estudo tem como ponto de partida e pressuposto teórico esses corpos diversos, que podem ser compreendidos por um lado como corpos subalternizados, cujas existências são consideradas descartáveis e marginalizadas, pela sociedade neoliberal e necropolítica ou em outra perspectiva estes corpos se

posicionam no mundo e reclamam sua existência enquanto corpos diz-sonantes (Moreira *et al*, 2023), corpos políticos (Band, 2022; Moraes *et al*, 2024) corpo intruso (Lapponi, 2023) aqui localizados no âmbito das artes cênicas, noções conceituais que guardam suas especificidades e autorias, e que serão apresentados e desdobrados neste artigo.

Assim é a partir desses corpos situados e singulares que englobam as autoras e os participantes do Grupo de Dança Diversus (GDD), que de forma expandida compreendem as performatividades na dança e no teatro e os corpos dos e das artistas sem e com deficiência fazedores de artes, que, então convidamos a todos, todas e todes leitores a caminhar pelas utopias como nos ensinou Eduardo Galeano citando o cineasta argentino Fernando Birri, no livro ‘Las palabras andantes?’.

E é na decisão e ato de caminhar rumo a utopia, que enquanto horizonte conceitual também dialogamos com Abbagnano (1998) que compreende de forma geral a utopia, como algo para além de um sonho genérico, que pode resultar de uma espécie de evasão da realidade vivida. “Mas também pode tornar-se força de transformação da realidade, assumindo corpo e consistência suficientes para transformar-se em autêntica vontade inovadora e encontrar os meios da inovação” (p. 987) é com essa autêntica vontade inovadora que celebramos as possibilidades de encontro com a multiplicidade de modos de existir, quando aqui localizamos as pessoas com deficiência, enquanto mais uma forma de existência humana, e que a celebração também se relaciona com a possibilidade da força do encontro com a diferença, com o estranhamento e inquietude que nos impulsiona para essa aventura, para essa caminhada, vale lembrar a reflexão de Moraes:

É no estranhamento do encontro com o outro que um pensamento pode advir. O pensamento não se reduz à reconhecimento, ao reconhecimento de si mesmo ou de alguma forma dada e definida de antemão, mas ao invés disso, o pensar envolve outras aventuras, encontros inusitados com o mundo (MORAIS, 2010, p.26).

Entre outros encontros de ordem teórico metodológica, nos orientamos pela prática como produtora e produto de conhecimento, conforme Scialom (2022) a prática como pesquisa é uma práxis que vem sendo desenvolvida e aprimorada no campo científico pelo menos a três décadas, enquanto pesquisa no campo das artes cênicas, no que se refere a aspectos conceituais, metodológicos e de aplicação, “trata-se de uma reflexão epistemológica realizada a partir da prática-fazer técnico, artístico e criativo, o que chamamos de pesquisa empírica” (Scialom, 2022, p.253). Somada a esta perspectiva e postura de pesquisa, assumimos outro pressuposto que é a pesquisa COM o outro, apresentado pela pesquisadora Marcia Moraes em seu texto “Pesquisar COM:

política ontológica e deficiência visual” (2010), que segundo Camila Alves (2020) que também se utiliza desta metodologia se dá por meio de uma “Parceria, encontro e estranhamentos e trocas” (p.34) um método que inclui o percurso do pesquisador e do pesquisado, ou melhor, inclui o saber do outro.

Dito isso, salientamos que este trabalho foi apresentado no 7º Simpósio Internacional da Faculdade de Ciências Sociais intitulado “Não se seca a raiz de quem tem sementes - Desafios contemporâneos e saberes do sul global” que aconteceu de 11 a 13 de setembro de 2024 na Universidade Federal de Goiás em Goiânia- GO.

Entendemos que performar é um ato político, e por isso também é um campo de tensões, disputas e descobertas, seja no campo das artes da cena, seja no campo educativo, seja no campo das lutas sociais. As performances da cultura representam suas simbologias, compreensões e produções da vida, organização de grupos sociais, formas de estar e entender o mundo.

Para o antropólogo Paulo Raposo (2021) que em seus estudos propõe uma cruz potente entre uma antropologia engajada e os aspectos performativos da vida humana, onde, segundo seus interesses de estudos “a cidadania, performance e antropologia se foram cruzando para mim de forma intensa e eminentemente política.” (p.21), referendamos essa perspectiva, quando este autor nos aponta que:

Richard Schechner (1985; 2002) ou Guillermo Gomez-Peña (2005), referências inultrapassáveis dos chamados Estudos da Performance, que reforçam o sentido político da performance não apenas como um modo de ver ou representar o mundo, mas também como um modo de agir sobre o mundo e, portanto, de fazer mundo. Diana Taylor (2013), outra referência deste campo, sublinha ainda que a vantagem do termo performance (por relação, por exemplo, a outros termos como teatralidade ou drama) decorre do seu óbvio afastamento do pensamento e das referências ocidentais e eurocêntricas dada a sua intraduzibilidade cultural e na sua necessária recontextualização em cada local (RAPOSO, 2021, p.21).

As performances artísticas dentro do campo da cultura, também representam o *Zeitgeist* “espírito de seu tempo”, suas estéticas, reivindicações, interpretações, criações, reproduções, possibilidades, mas também como um ato humano, criativo e visceral, pode ser um espaço de denúncias de violências e silenciamentos e mesmo de construção de conquistas que não estão dadas, mas adquiridas com muita luta e por que não, com arte, e, portanto, políticas. Erika Fischer-Lichte (2009), no seu livro *Estética do Performativo*, menciona que a viragem nas artes performativas busca resistir às teorias estéticas tradicionais, ou pelo menos alguns aspectos dela, assim, para poder captar essa viragem a autora destaca elementos como as relações sujeito e objeto,

o estatuto sócio-material que ela implica, a valorização dos elementos performativos da cultura e as ações corporais antes subvalorizados.

Assim essa viragem se caracteriza pela desconstrução das fronteiras entre as linguagens, onde os artistas ao invés de criar obras de artes, nas palavras da autora “passam a produzir cada vez mais acontecimentos” (Fischer-Lichte, 2009, p.35), para poder compreender, analisar e explicar as singularidades dessa viragem, foi e vem sendo necessário desenvolver uma nova estética, a “Estética do Performativo”.

É na esteira desse pensamento que reside o nosso interesse em pesquisar uma prática performativa que rompe as fronteiras entre dança e teatro e parte das múltiplas corporeidades que devem ser traduzidas por suas diferenças, e assim investigar um acontecimento que produza uma estética outra, que não se reduz a enquadramentos normativos que seja teatro e/ou dança, quer dizer, o que nos interessa é investigar o caminho de práticas coletivas deste grupo e COM eles elencar os elementos, escolhas de ordem criativa, de ordem acessível e poética das performatividades destes corpos dentro do trabalho orientado por uma produção artística com um grupo de pessoas artistas sem e com deficiência.

Dentro da perspectiva neoliberal disparadora de uma ordem patriarcal, capacitista, racista, etarista, entre outras formas de opressão socialmente difundidas, que se encontra a organização social do mundo capitalista/apocalíptico, no universo das artes e mais especificamente das artes da cena, o corpo que se faz presente está interrelacionado com a noção de corponormatividade (Mello, 2014), ao valorizarem os corpos considerados padrões pelas culturas dominantes, corpos “eficientes”, que assim, por consequência, subordinam, subalternizam, silenciam, isolam e excluem corpos outros, como o são das pessoas com deficiência, pessoas negras, pessoas de comunidades periféricas, povos tradicionais, entre outras minorias sociais, descartando essas pessoas que entretanto seguem fazendo suas artes de (re)existência e insurgentes, enquanto corpos políticos, intrusos, diz-sonantes de intelectos potentes, fortes, criativos, sobreviventes do caos e das crises e também por isso produtores de uma arte e cultura de combate.

Um dos sentidos possíveis para o noção de um corpo político, destacamos a noção de corpo político da deficiência apresentado no artigo “Mulheres, corpos políticos e subjetividades Modelos social da deficiência e ativismos” das autoras Moraes, Holanda, Monte Vale e Souza (2024), o qual propõe uma formação política do coletivo de mulheres com deficiência visual a fim de enfrentarem as lutas contra o capacitismo estrutural e dos processos de normatização dos corpos diversos, formação que segundo as autoras deve dialogar com os escritos de Lígia Amaral, que

propõe pensar em “ser politicamente deiciente” (p.11) a fim de atuar contra essas narrativas citadas acima.

Corpo político é também reivindicado nas artes da cena, pela artista performance italiana Chiara Bersani que afirma o seu corpo político em palco advindas de suas pesquisas e criações, como nos afirma autora Elisa Band (2022), ou seja, trata de um corpo que tenciona padrões hegemônicos de normalidade, “Chiara inventa um mundo não submetido ao excesso de ordenação e instaura, pelo seu refinamento estético e pela singularidade dessa criação em seus diversos elementos, um campo de possibilidades e de mundo”, corroborando com as reinvenções de corpo e linguagem no universo das performatividades (Band, 2022, p.,158).

No fluxo desta construção no campo das artes, temos a noção de Corpo Intruso, proposto por Estela Lapponi, jornalista, performer e videoartista que propõe seus trabalhos na inter relação da investigação artística e o discurso do corpo com deficiência, na prática performativa e relacional e no trânsito entre as linguagens visuais e cênicas, um corpo que não se limita a um significado, e sim consiste em uma existência que por sua presença desarticula, que pode causar atração, temor entre outras comportamentos que tensionam a normatividade.

Já os corpos diz-sonantes, também adotado neste estudo como perspectiva de pensar flexibilidades de existências, se pauta na definição de Moreira *et al* (2023):

Conceito corpo diz-sonante para corpos que o mundo neoliberal, patriarcal e necropolítico posiciona como menos valorados, mais ou menos humanos ou inumanos, selvagens, monstros, aberrações, *queer*, sem valia, abjetos. O conceito de corpos diz-sonantes, ao invés de dissidentes, traz outros acordes de novos arranjos que nos acordem, socialmente, que façam despertar em nós outras visões e possibilidades de mundos (MOREIRA *et al*, 2023,p.03).

O corpo com deficiência se encaixa neste contexto, onde a diferença se faz propulsora, como potência disruptiva para uma sociedade menos reprodutora de normas, repetições sistêmicas de modelos padronizados na esteira das produções artísticas e de vida, como formas de reprodução em série (Moreira et al, 2023).

O lócus de pesquisa da nossa prática é o Grupo de Dança Diversus, que vem desenvolvendo atividades de dança no âmbito extensionista junto a Faculdade de Educação Física e Dança da UFG desde 2011, na época era vinculado ao Projeto de extensão-Dando Asas, já em 2017 ganha novos contornos ao aprovar um edital estadual de fomento à cultura possibilitando que o grupo pudesse começar a realizar um trabalho de criação e de repertório artístico, o trabalho do grupo busca questionar, tensionar e, por que não, desconstruir padrões normativos de corpo

que dança e atua cenicamente, considerando a potência do encontro de corpos sem e com deficiência dentro de uma mirada interseccional dos marcadores da diferença que nos constituem, ampliando as pesquisas e pensando a acessibilidade nos aspectos cultural, político e estético em seus trabalhos, ao mesmo tempo que questiona e tensiona o conceito de inclusão, entretanto acredita na possibilidade da construção de lugares e contexto seguros e afetuosos que acolham e possibilitem a experiência das corporeidades múltiplas e singulares conduzindo processos de criação em artes cênicas.

O grupo vivencia técnicas e variados estilos de dança, orientados pela educação somática, como o contato-improvisação, improvisação em dança, as danças/jogos representantes das culturas brasileiras, como o carimbó, a capoeira, o samba, danças urbanas entre outras. E por estar dentro da universidade vinculado ao curso de graduação em dança, vem se tornando um local de pesquisa e investigação criativa, de formação inicial e continuada nas artes da cena, que forma professores e artistas, focado nas questões de ordem metodológica, de criação e ensino, de fruição e de acessibilidade, comprometido com a formação crítica e com a construção de uma arte disruptiva a partir de corpos e pensamentos insurgentes.

## **PERCURSO ARTÍSTICO-PEDAGÓGICO E AS PERFORMATIVIDADES NO GDD**

O percurso artístico-pedagógico realizado na elaboração dos processos criativos para as experiências no GDD tiveram como resultado um espetáculo performativo intitulado: “As caixas de Jéssica” e dentro de inúmeras reinvenções metodológicas também teve suas pressuposições didáticas centralizadas em técnicas como as sistematizações de movimento a partir da técnica Klauss Vianna.

Neste sentido, os momentos de preparação corporal foram direcionados de acordo com os tópicos corporais estabelecidos no processo lúdico da técnica Klauss Vianna. Sendo eles: presença, articulações, peso, apoios, resistência, oposições e eixo global. Estes tópicos foram trabalhados de forma particular, mas também em forma de jogo formando uma inter-relação entre eles.

No tópico corporal da presença, buscamos incentivar cada performer/dançante/atuante a escutar seu próprio corpo, sua respiração, suas pulsações, suas dores, suas alegrias, seus movimentos, para o toque sensível com sua pele, a pensar seu corpo em partes e o corpo como um todo, e com suas partes faltantes, ausente e/ou inconscientes, a se fazer presentes em cada momento, como também a se conectarem com o espaço, a música e os outros corpos performativos.



Aqui é importante ressaltar o diálogo com as problematizações apresentadas anteriormente no texto que versa sobre a crítica aos discursos normativos de corpos que dançam e, portanto, de suas possíveis “partes faltantes”, ou seja, aqui estamos apostando na noção de experiência da deficiência que rege essas descobertas e desenvolvimento da consciência corporal, do corpo com deficiência que não se resume e se define por suas faltas ou pela via de suas impossibilidades. Assim como nos lembra Teixeira (2021) “Ao romper os muros da conduta e de um projeto político imposto para a cura, a reabilitação e a recuperação das perdas corporais, o corpo desses artistas traz para o espaço cênico a dança de seus interstícios corporais, que não cabe, mas ao corpo justificar. (p. 192).

Já no tópico das articulações orientado pela Técnica Klauss Vianna, foi possível brincar com o próprio corpo, como as dobradiças e diálogos que podem ser estabelecidos entre uma articulação e outra, entre os diferentes níveis e planos do movimento, possibilitando uma pesquisa atenta das inúmeras possibilidades de movimento e do não-movimento, na perspectiva de encontrar essa outra linguagem híbrida entre dança-teatro-performance.

Nos apoios, tanto os concretos, quer dizer, apoios corporais no processo de investigação corporal, quanto os metafóricos, também, foram explorados no decorrer desse trabalho, pois, os apoios ofereceram suporte para os movimentos no nível baixo, em ir para o chão e voltar com segurança, bem como os apoios entre os artistas, sejam nas aulas sejam nas performances para os públicos, os apoios aconteciam cenicamente, dançados, atuados e brincantes, não como um apoio no sentido capacitista, pelo contrário o senso de apoio mútuo, seja no ato físico de sentar/levantar, o abaixar/subir, o lembrar da fala do personagem, o convidar os artistas para a frente do palco no protagonismo da cena, mas também e principalmente no atuar juntos e juntas, no levantar e sentar juntas, no fazer a fala conjuntamente, em coro e/ou em eco, os apoios se deram de forma performada de maneira tanto dirigida pelas diretoras/professoras, quanto criada pelos e pelas artistas de maneira criativa, poética e re-inventiva.

As atividades propostas foram respaldadas por momentos formativos, direcionados ao respeito às diferenças, à alteridade e à diversidade. Deste modo, as atividades foram um lugar de possibilidades para se experimentar corporalmente os próprios conceitos, dançando/performando/atuando os mesmos e tomando consciência deles enquanto corpos diversos, políticos, intrusos e diz-sonantes.

Deste interim, nosso percurso artístico-pedagógico foi pesquisar o movimento, as formas de comunicação e linguagens, a performance cênica, a partir do acordo e desacordo corporal, dos níveis, planos, trajetórias, eixos, apoios, articulações, oposições, resistências, jogos lúdicos, jogos

teatrais, processos dos vetores, pesquisa de movimentos e diferentes jogos/brincadeiras corporais e com os objetos cênicos (principalmente caixas de papelão), valorizando, o autoconhecimento e o autodomínio na construção de uma poética da alteridade.

Os artistas/pesquisadores (as) do grupo estão continuamente sendo provocado e incentivados a realizar sua pesquisa de movimento, “o pesquisador está sempre em busca, abrindo portas que levam a outras portas a serem abertas” (Miller, 2007, p.98). Pois, acreditamos que cada performer no decorrer do processo é instigado a ser pesquisador da sua própria performance, pois, neste contexto o professor/a é apenas o facilitador, o orientador, o guia, o provocador. E como pesquisadores, estes são levados a seguir e problematizar novos “caminhos abertos”.

## **PERFORMATIVIDADES E DRAMATURGIAS ACESSÍVEIS**

O contexto em que se deu as aulas de teatro no GDD, pautou se na percepção de um repertório em dança já percorrido pelo coletivo, assim houve o interesse em ampliar os estudos de movimento para a linguagem do teatro, acrescentando para a cena uma dramaturgia de contar/atuar uma história a partir de personagens e um enredo a que chamamos agora de dramaturgia acessível.

Foram trabalhados elementos da linguagem teatral como corpo, voz, jogo, brincadeira, improvisação, presença cênica e criação cênica. Todos os jogos teatrais e exercícios cênicos partiam do princípio da diversidade dos corpos dos e das participantes e as adaptações, quando necessárias, também eram feitas através da escuta sensível. Mas há uma palavra melhor que adaptações, quando necessárias, chamaremos de reinvenções das metodologias, já que o corpo diverso revoluciona por si próprio o ato de jogar, brincar, criar e fazer teatro.

Ao propor e ter como base de trabalho que todo corpo pode e deve jogar, brincar, criar e improvisar para a cena e para a vida cotidiana, nossas performances culturais e artísticas, acontecem na mirada do ato de interpretar o mundo e ressignificá-lo, na criação da peça de teatro, da coreografia de dança, no ato espetacular, na performance para outrem, nosso foco aqui é no ato do acontecimento em si, que gera a criação e o encontro com o público. É neste espaço-tempo que buscamos instaurar uma relação diversa com a público.

Na busca utópica e re-inventiva de romper as barreiras e “caixinhas” fechadas das linguagens secularmente referendadas como o são o teatro e a dança, vamos neste tomo desenvolver mais sobre o que foi essa experiência de ensino de teatro e criação de uma peça performativa no Diversus, através do meio de análise da estética do performativo, que como a

autora Fischer-Lichte (2019) menciona para que possamos garantir um reecantamento do mundo, criando uma performatividade cênico-política de embate produz uma outra linguagem, qatraves do que estamos compreendendo e nominando ate então de Dramaturgia Acessível Performativa.

Ao acessibilizar, as nossas metodologias e aprendizados na criação com artistas com deficiências intelectuais, sensoriais e/ou motoras, percebemos que ao mesmo tempo em que a poética se desenvolve a partir da própria acessibilidade construída, não mais apenas técnica, mas humanizada e experienciada em cada corpo, no cerne do que essas palavras queiram dizer e sonhar, vamos dando contornos a Poética Acessível, acreditando na potência da transformação a partir das relações íntimas, da experiência da afirmação de pertencer a um coletivo, criando um contexto afetivo, seguro, íntimo e transformador, tanto na criação quanto no ato da performance junto ao publico, onde o acesso ao outro seja respaldado pelo direito de existir em seus múltiplos sentidos. Onde no ato de aleijar a cena, se faz desvelar uma estética do performativo-aleijado.

Assim, aleijar a cena vem sendo ecoada por alguns artistas def, na cena brasileira, como Carolina Teixeira, Jéssica Teixeira, Edu O., Estela Lapponi e João Paulo Lima, Gislana Monte Vale. Neste artigo nossa compreensão de aleijar a cena é potencializar, realizar, é juntos criar caminhos outros, é sonhar acordada, é acordar sonhando, em cada aula, em cada ensaio, em cada apresentação. O que nós combatemos nessas experiências é o descrédito da incapacidade das pessoas com deficiência em fazer arte. Nós deformamos as cenas consideradas clássicas e eruditas com corpos normativos, considerados eficientes, produtivos e perfeitos, produzindo performances contemporâneas com qualidade, sofisticação e rigor, com corpos sem e com deficiência. Nós adulteramos o *script* comum enraizado de que é apenas um tipo de corpo dominante que faz arte, de que as artes da cena são apenas para os corpos normativos. As fissuras em que construímos nossas performances, permeados por narrativas e construtos das ciências sociais, a reflexão de aleijar a antropologia de Mello et tal (2022):

A teoria aleijada questiona a exclusão do capacitismo como matriz de discriminação interseccional nas teorias feministas, queer e decoloniais. Como ocorre com o queer, os termos *crip* e *aleijado* têm sentidos propositalmente pejorativos e subversivos, demarcando a importância do engajamento aleijado contra as práticas de normalização de corpos, por meio da crítica aos sistemas de opressão marcados pelo patriarcado, pela heterossexualidade compulsória (Rich, 2010), pela cisgeneridade compulsória (Simakawa, 2015) e pela capacidade corporal compulsória (McRuer, 2002). Nesse sentido, aleijar as antropologias e as práticas etnográficas têm o sentido “de descolonizar, mutilar, deformar e contundir o pensamento hegemônico sobre deficiência, acesso e inclusão, provocando-lhe fissuras.” (Comitê de Deficiência e Acessibilidade da Associação Brasileira de Antropologia, 2020, p. 4). (MELLO; AYDOS; SCHUCH, 2022, p. 19)

É neste sentido que buscamos aleijar nosso trabalho performático no GDD ao construir essa performatividade de luta e resistência, que gera não um ativismo panfletário, enfadonho ou que flerta com o assistencialismo, mas sim um trabalho artístico de relevância e colocação nas artes da cena contemporânea, de corpos que não mais ficarão no isolamento ou apenas nos guetos mas que ao fazerem sua arte, vão apresentar, trocar, incomodar, encantar e causar transformações sócio-políticas por onde passarem.

A nossa dramaturgia acessível se deu no lugar de trabalhar com os elementos da linguagem teatral, mas de forma a compreender e empreender com o grupo Diversus a partir do que o grupo solicitava enquanto metodologias e atos de convívio e afeto, e não uma imposição de métodos sacralizados no que se entende popularmente e academicamente como o que é o fazer teatral. Dessas experiências alcançamos um trabalho contundente e denso, que desconstrói e constrói, que impulsionada por uma utopia que move, também reclama a urgência e necessidade, de atuar como reparação social para os corpos não-normativos, como os corpos com deficiência, que geralmente ficavam no lugar de monstruoso, exótico e bizarro, nos campos das artes da cena historicamente. A intenção está presente nos corpos em performances na peça, quando por exemplo na imagem abaixo, as três Jessicas levantam seus braços, como um levante, um chamado a revolução.

**Imagem 1:** As três Jéssicas e suas representatividades no espetáculo “As caixas de Jéssica”. Ad: na frente, três mulheres com macacões vermelhos levantam cada uma um bicho de pelúcia se exibindo. Ao fundo, um coletivo de artistas com macacões pretos olha e se indigna com a ação. Todos estão em um palco de um teatro iluminado.



Fonte: Eros Nedu.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS - PERFORMANDO ESPERANÇA E DIGNIDADE HUMANA

Inspirado no pensamento de utopia que nos fazem caminhar, encerramos provisoriamente este percurso com conceito de utopia de Ernst Bloch (2005) presente nos três volumes de “O Princípio Esperança”, onde se destaca, principalmente, “o conceito de princípio utópico, no bom sentido, a rigor torna-se aqui ainda mais central, qual seja: o da esperança e de seus conteúdos ligados à dignidade humana” (Bloch, 2005, p. 17). Sendo assim, a performance artística da nossa cena aleijada, fala sobre dignidade humana, sobre esperança, fazendo frente às culturas/artes dominantes, como o lócus político de construção de outros mundos/artes/sociedades possíveis, é um caminho utópico, para que andemos e não paremos. Na estética da performatividade, encontramos reverberação das reflexões conceituais que fogem das linguagens formatadas e cristalizadas de teatro/dança, e avançamos no sentido, de demarcar nossa inscrição na construção de arte contemporânea performativa dos corpos contra hegemônicos dos e das artistas com deficiência juntamente aos e as artistas sem deficiência.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia.**, São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ALBRIGHT, A. C. **Choreographing Difference: The Body and Identity in Contemporary Dance.** Hanover, NH: University Press of New England, 1997.

ALVES, C. **E se experimentassem mais? contribuições não técnicas de acessibilidade em espaços culturais;** 1 ed. Curitiba: Appris, 2020.

BAND, E. Sempre à beira de se tornar outra coisa. **Revista Aspas**, 12(1), 154-167. (2022).  
<https://doi.org/10.11606/issn.2238-3999.v12i1p154-167>.

BLOCH, E. **O Princípio Esperança.** Vol. I. Rio de Janeiro: Contraponto. 2005

CARVALHO, M. O. G. de. **Escuta sensível: protagonismo na educação.** 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2017.

CARMO, C. E, O. **Vocês Bípedes me casam! Modos de Aleijar a Dança como contranarrativa à Bipedia compulsória.** Tese Doutorado, Programa de Pós-Graduação Multi-Institucional em Difusão do Conhecimento, Salvador, 213 p. 2024.

FISCHER-LICHTE, E. **Estética do Performativo.** Tradução Manuela Gomes. Lisboa: OrfeuNegro, 2019.

GALEANO, E. **As palavras andantes.** Porto Alegre: L&PM, 1994.

LAPPONI, E. **Corpo Intruso: uma investigação cênica, visual e conceitual.** Editora: Casa de Zuleika, eBook Kindle, 2023.

MELLO, A. G. AYDOS, V. SCHUCH, P. Aleijar as antropologias a partir das mediações da deficiência. **Horiz. antropol**, Porto Alegre, ano 28, n. 64, p. 7-29, set./dez. 2022

MILLER, J. C. **A escuta do corpo: sistematização da técnica Klauss Vianna.** 1º Edição. São Paulo: Summus, 2007.

MORAES, M. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. IN: Moraes, M. **Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual.** Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010.

MOREIRA, R., SANTOS, M. L. M, ROSA, N. S. F., BERTUSSI, D. C., SLOMP JUNIOR, H., MERHY, E. E. Quando corpos dissidentes proclamam seus lugares como corpos diz-sonantes. **Cien Saude Colet** [periódico na internet] (2023/Dez). [Citado em 18/11/2024]. Está disponível em <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/quando-corpos-dissidentes-proclamam-seus-lugares-como-corpos-dizsonantes/18996?id=18996>.

MORAES, M, O. et al . Mulheres, Corpos políticos e subjetividades: Modelo social da deficiência e ativismos. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 24, e24415, 2024. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-)

549X2024000100708&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 nov. 2024. Epub 23-Ago-2024.  
<https://doi.org/10.5935/2175-1390.v24e24415>.

PARTYKAY, J. **Teatro e Acessibilidade**: mediações e práticas com atores e espectadores com deficiência visual. 1.ed. Curitiba: Appris, 2022.

RAPOSO, P. Antropologias, artes e política: engajamentos e encontros. **ILUMINURAS**, Porto Alegre, v. 22, n. 57, 2021. DOI: 10.22456/1984-1191.118980. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/118980>. Acesso em: 18 nov. 2024.

SANTOS, G. C.. Ribeiro D. O que é lugar de falar?, **SAÚDE DEBATE** | RIO DE JANEIRO, V. 43, N. ESPECIAL 8, P. 360-362, DEZ 2019. IN: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/3MRGs8LXFfbLmgC6J4gTLcb/?format=pdf&lang=pt>.

SCIALOM, M. A prática como pesquisa nas artes da cena: discutindo conceitos, metodologias e aplicações. IN: **Somáticas, performance e novas mídias**. (Org. Fernandes, C. Santana, I, Sebiane, L.) Salvador. EDUFBA, 2022,

TEIXEIRA, C. **Deficiência em cena: a ciência excluída e outras estéticas**. 2. ed. Natal: OFFSET, 2021.

VIANNA, K. **A dança**. São Paulo: Siciliano, 2005.



## **ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NOS ESPETÁCULOS DO GRUPO DE DANÇA DIVERSUS<sup>1</sup>**

## **ACCESSIBILITY FOR PEOPLE WITH VISUAL IMPAIRMENTS IN THE DIVERSUS DANCE GROUP'S SHOWS**

Vanessa Helena Santana Dalla Déa<sup>2</sup>  
Marlini Dorneles de Lima<sup>3</sup>

### **Resumo**

O acesso à cultura é um direito das pessoas com deficiência visual que muitas vezes se torna quase impossível por falta de acessibilidade comunicacional nos espetáculos de dança. O Grupo de Dança Diversus da Universidade Federal de Goiás atua desde 2017 com foco em uma dança que atenda todas as pessoas com e sem deficiência. Vem refletindo, discutindo e realizando ações para que a dança seja acessível para os bailarinos e para as pessoas que assistem seus espetáculos. Esse artigo tem como objetivo apresentar as estratégias acessíveis realizadas em três espetáculos de dança do grupo para a inclusão da pessoa com deficiência visual enquanto plateia. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva documental que apresenta as estratégias acessíveis de três espetáculos do Grupo de Dança Diversus, sendo um presencial e dois vídeo-danças. Espera-se com esse artigo dar visibilidade para possibilidades, dificuldades e caminhos encontrados pelo Grupo na busca pela acessibilidade comunicacional. A dança inclusiva pode ser uma oportunidade das pessoas com deficiência visual, tanto bailarinos quanto público, repensarem e ampliarem a inclusão social, o direito à diversidade e a dignidade humana.

**Palavras-chave:** Dança, Acessibilidade; Deficiência visual

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada na data de 12 de setembro de 2024, no Grupo de Trabalho Estudos sobre Deficiências, Marcadores Sociais da Diferença e Experimentações Teórico-Metodológicas no evento 7º Simpósio Internacional da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

<sup>2</sup> Docente da Faculdade de Educação Física e Dança, do Mestrado em Ensino na Educação Básica, Mestrado em Educação Física e do Mestrado e Doutorado em Performances Culturais da Universidade Federal de Goiás. Possui graduação, mestrado e doutorado em Educação Física na Universidade Estadual de Campinas. Pós-doutora em Estudos Culturais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e em Performances Culturais pela Universidade Federal de Goiás, estudando formação docente para inclusão. Apresenta publicações nas áreas de educação inclusiva, formação docente para inclusão, acessibilidade cultural, síndrome de Down, envelhecimento, práticas aquáticas, dança, educação e educação física.

<sup>3</sup> Docente da Universidade Federal de Goiás (UFG), dos cursos de Licenciatura em Dança e no Programa de Pós-graduação em Artes da Cena, doutora pela Universidade de Brasília (UnB), membro e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Investigação Cênica Coletivo 22, e intérprete-criadora do Núcleo Coletivo 22. Capoeirista do Espaço Cultural Águas de Menino, vinculado ao Centro de Capoeira Angola Angoleiro Sim Sinhô. Diretora artística do Grupo de Dança Diversus, vinculado ao Laboratório de Práticas Inclusivas PRAMIGO.

## **Abstract**

Access to culture is a right of people with visual impairment that often becomes impossible due to lack of communicational accessibility in dance shows. The Diversus Dance Group of the Federal University of Goiás has been operating since 2017 with a focus on a dance that serves all people with and without disabilities. She has been reflecting, discussing and carrying out actions so that dance is accessible to dancers and to the people who watch her shows. This article aims to present the accessible strategies carried out in three dance performances of the group for the inclusion of visually impaired people as an audience. This is a qualitative, exploratory and descriptive documentary research that presents the accessible strategies of three shows of the Diversus Dance Group, one in person and two video-dances. It is hoped that this article will give visibility to the possibilities, difficulties and paths found by the Group in the search for communicational accessibility. Inclusive dance can be an opportunity for people with visual impairments, both dancers and the public, to rethink and expand social inclusion, the right to diversity and human dignity.

**Keywords:** Dance, Accessibility; Visual impairment.

## **INTRODUÇÃO**

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão “A pessoa com deficiência tem direito à cultura ... em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso... a bens culturais em formato acessível” (BRASIL, 2015). O acesso à cultura é um direito de todas as pessoas, é direito das pessoas com deficiência e não pode ser negado para pessoa com deficiência visual.

No entanto, para que o acesso exista para as pessoas com deficiência, é preciso que se tenha acessibilidade tornando possível a fruição, compor meio de acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal.

Em Goiás, como em todo Brasil, cada vez mais, os editais de cultura e arte tem exigido que a arte tenha acessibilidade. Um exemplo é o Fundo de Arte e Cultura de Goiás que diz:

8.1 O Fundo de Arte e Cultura assegura e promove, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência (PcD) e de pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Tal postura visa o acesso ao bem cultural, social e à cidadania, com base nas Leis nºs 13.146/2015 e 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).

O Fundo de Arte e Cultura de Goiás oferece editais de financiamento de ações formativas, artes visuais, artesanato, audiovisual, circo, cultura digital e jogos, festivais e eventos, hip-hop, literatura, museus, arquivos e bibliotecas, música, patrimônio matérias e imaterial, pontos de

cultura, teatro e dança, e tem o item oito que é específico sobre acessibilidade. São 16 editais, incluindo o chamado “Meu primeiro edital”, que todos preveem que:

É obrigatório contemplar, na descrição e na planilha orçamentária do projeto, de acordo com a proposta e demanda do projeto, o uso de meios e estruturas físicas acessíveis às pessoas idosas, com mobilidade reduzida ou com deficiência, em suas múltiplas especificidades, seja auditiva, visual, motora ou intelectual. A proposta que não cumprir este requisito será inabilitada (GOIÁS, 2023, P.06).

Como a maioria dos grupos de artes e cultura em Goiás sobrevivem com Editais, a corrida por atender as exigências dos editais é nítida. Mas sem informações e sem a participação das pessoas com deficiência nesse processo, esses grupos buscam atender o mínimo de ações de acessibilidade para ganhar o financiamento, mas quase sempre a formação, produtos, espetáculos e ações culturais estão longe de oferecer para a pessoa com deficiência a cultura “em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

Nos espetáculos de dança temos presenciado a inserção de intérpretes de Libras após o espetáculo estar pronto, na última hora, sendo colocado fora do palco, em um foco de luz, totalmente desconectado do contexto do espetáculo. Recentemente, por meio de uma iniciativa do Centro Brasileiro de Reabilitação e Apoio ao Deficiente Visual e da Universidade Federal de Goiás, todos os grandes teatros da cidade de Goiânia receberam cabines de audiodescrição totalmente equipadas.

Dessa forma, além da interpretação em Libras, a audiodescrição tem sido vista, ainda de forma tímida, em alguns espetáculos de dança na cidade. Mas da mesma forma que a interpretação de Libras, tem acontecido de forma tardia, descontextualizada e não garantindo a mesma oportunidade de fruição que é dada para as pessoas sem deficiência visual.

O Grupo de Dança Diversus, da Universidade Federal de Goiás, atua desde 2017, desde seu nascimento busca oferecer uma dança que atenda à todas as pessoas, com diferentes eficiências, idades, gêneros, religiões, tamanhos, cores, experiência em dança e toda diversidade humana. Tendo uma atenção especial em atender as demandas específicas das pessoas com deficiência, tanto enquanto artista, quanto enquanto plateia.

No entanto, as estratégias de acessibilidade descontextualizadas, realizadas na última hora e sem a participação das pessoas com deficiência no processo de construção dos espetáculos, não nos interessa. Pois temos entendido que apenas mudando essas questões teremos mais igualdade de acesso e essas pessoas poderão usufruir da poética dos espetáculos de maneira mais harmônica, respeitosa e de direito, como a que é oferecida para as pessoas sem deficiência. Com intuito de

apresentar uma proposta de ação diferente esse artigo apresenta o trabalho realizado no Grupo de Dança Diversus para acessibilidade comunicacional para pessoas com deficiência visual e cegas.

## **MÉTODO**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, descritiva e participativa, concretizada nesse artigo como um relato de experiência descrito pela diretora geral e pela diretora de acessibilidade do Grupo de Dança Diversus.

Esse artigo tem como objetivo apresentar as estratégias acessíveis realizadas em três espetáculos de dança do grupo para a inclusão da pessoa com deficiência visual como plateia, sendo um presencial e dois vídeo-danças.

O primeiro espetáculo a ser analisado, que foi realizado em 2018, se chamou “Endless”, o segundo espetáculo apresentado e vídeo-dança foi o “Transbordar” de 2020, também como vídeo-dança o terceiro espetáculo se chamou “Cartas ao Tempo” de 2022.

## **O GRUPO DE DANÇA DIVERSUS**

Há quatorze mil anos atrás já havia registros de movimentos corporais expressivos, assim a Dança é uma das atividades artísticas mais antigas (MAGALHÃES, 2005). No entanto, a dança para pessoas com deficiência começou a ser estudada apenas na década de 80 e tem despertado o interesse de pesquisadores, graças aos muitos benefícios que pode proporcionar para as pessoas com deficiência (ROSSI-ANDRION; MUNSTER, 2021).

Como outras práticas da cultura corporal e manifestações hegemônicas, a dança, vêm se apresentando como uma forma excludente, onde ainda prevalece o modelo pedagógico repetitivo e diretivo (BALDI; OLIVEIRA; PATIAS, 2019), com ênfase no repertório, valorizando o corpo com padrão europeu (BALDI; MARQUES; NASCIMENTO, 2019).

O Grupo de Dança Diversus vem buscando modificar essa realidade com práticas pedagógicas e espetáculos para todas as pessoas que incluam acessibilidade:

propomos apontar algumas questões inspiradas no pensamento da decolonialidade da dança, encontrar formas outras de vivenciar a dança e mudar as relações de poder constituídas no modo de se fazer dança (DALLA DÉA et al, 2023, p. 01).

O Diversus surge de um projeto de extensão que teve como objetivo incluir pessoas com deficiência nos projetos de extensão da Universidade Federal de Goiás (DALLA DÉA et al, 2013). No entanto, o Diversus não se trata de um projeto apenas para pessoas com deficiência, mas que inclui pessoas com diversas características de eficiência, idade, gênero, raça, e outras muitas diferenças humanas, o Grupo tem práticas pedagógicas pautadas no Desenho Universal da Aprendizagem e da Escuta Sensível (DALLA DÉA; LIMA; CURADO, 2023).

Fig 01 – Grupo de Dança Diversu em aula.



Fonte: Dalla Déa et al, 2023.

Ter no Grupo de Dança pessoas com diferentes características como artistas é uma forma de confrontar a dança convencional e hegemônica. Sendo que “nos nossos trabalhos, não abandonamos, e sim buscamos a qualidade, beleza e performance do movimento”. Nas criações do Grupo de Dança Diversus acredita-se “em outras formas de se movimentar, tão bonita, performática e qualitativa quanto as apresentadas na dança colonial” (DALLA DÉA et al, 2023, p. 01).

Trata-se de um grupo que encontra, na diferença, uma dança de corpos diversos que contesta, frente aos processos de invisibilização, preconceito e capacitismo no campo das artes e em outras esferas da vida. Esses processos também são formas de violência colonial, nas quais os olhares atentos do pensamento decolonial devem e precisam se debruçar, para além das categorias como raça, gênero e localização geopolítica (LIMA; DALLA DÉA; SANTOS; OLIVEIRA, 2022, p.67).

Com tanta diversidade nas aulas, ensaios e espetáculos no palco, considerar a acessibilidade para quem assiste os espetáculos com sensibilidade aguçada se tornou natural.

Buscamos, também, por meio das nossas produções artísticas, estudar a acessibilidade cultural presente nos processos criativos e desvelada no que compreendemos como poéticas acessíveis. Nos processos de formação artística, entendemos a acessibilidade para além das normas de ajudas técnicas, mas como valor social e possibilidade de aproximação do desenho universal na cultura (DALLA DÉA et al, 2023, p. 01).

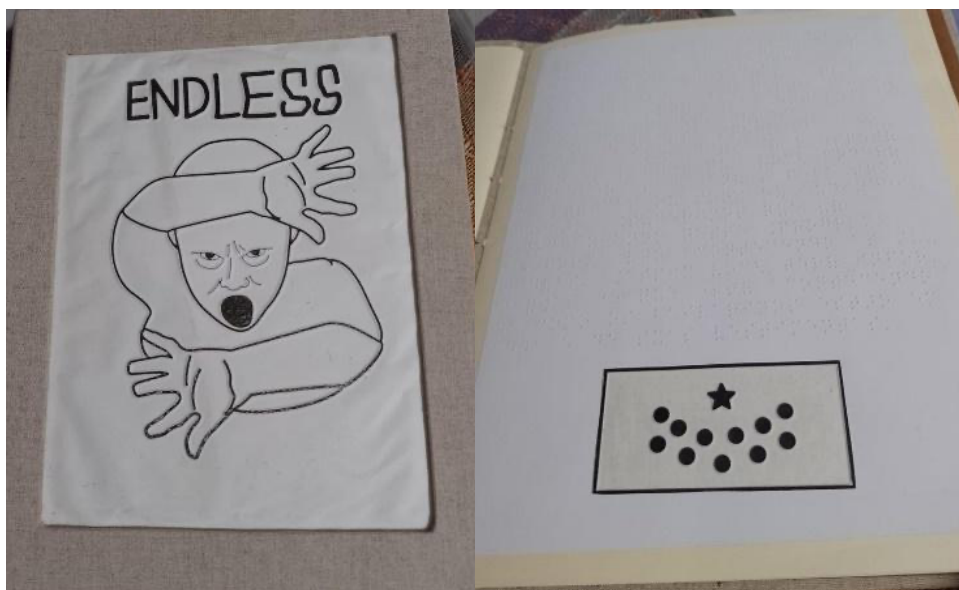
A acessibilidade para o público em geral, para as pessoas com deficiências diversas e para as pessoas com deficiência visual e cegueira, vem sendo experimentada no grupo com “poéticas acessíveis”. A acessibilidade no Diversus foi se modificando para ficar cada vez mais integrada à poética dos espetáculos, sem perder a qualidade de acessibilidade com técnicas específicas e com a participação cada vez maior das pessoas com deficiência nas consultorias.

## **O ESPETÁCULO ENDLESS**

Em 2018 o Grupo de Dança estreou na cidade de Goiânia a adaptação do espetáculo Endless, que é um repertório do Grupo de Dança Dançando com a Diferença de Portugal e tem como direção Henrique Amoedo. O Endless traz para o palco o holocausto e o horror que as pessoas viveram naquela época, e a preparação do elenco foi uma verdadeira educação para direitos humanos (DALLA DÉA; LIMA; BARRAL; FERREIRA, 2021).

No espetáculo em Goiânia, a diretora geral e diretora de acessibilidade do Diversus, propuseram algumas práticas de acessibilidade que não tinham ainda sido incorporadas ao espetáculo em suas apresentações em Portugal. Além da audiodescrição realizada com cabine e equipamentos de transmissão, nesse espetáculo foi experimentado um livro acessível.

Figura 1 e 2 - Livro acessível tátil



Autor: Vanessa Dalla Déa.

Nas imagens 1 e 2 trazemos a foto do livro acessível que descrevo a seguir.

O livro acessível tem uma capa feita com tecido de algodão puro bege, que foi o mesmo tecido com qual foi produzido os figurinos dos artistas que estavam no palco. Esse dado foi apresentado para as pessoas com deficiência visual que receberam o livro, assim como a informação de que ainda na capa dura tem uma imagem em alto relevo de uma mulher com síndrome de Down, sem cabelo, com um antebraço à frende da testa, e outro braço com antebraço à frente do peito, ambos com mãos bem abertas. Está ainda com boca bem aberta e fisionomia de desespero.

Na parte de dentro do livro, na figura 02, temos em Braille algumas informações sobre o espetáculo, dizendo que se trata de um espetáculo que versa sobre o holocausto, onde milhões de pessoas foram mortas e muitas delas tinha deficiência. Fala de cada uma das cenas e após descrever a cena apresenta uma representação em alto relevo retângulo do palco com marcações de cada um dos artistas naquela cena, apresentando a localização dos artistas no palco.

Nesse mesmo espetáculo, também tivemos a Língua Brasileira de Sinais em diferentes momentos e apresentada de diversas formas como: pelos artistas no palco durante a dança, em projeção em tela transparente à frente da cena e na dança (DALLA DÉA et al, 2023).

## O ESPETÁCULO TRANSBORDAR

A experiência do Grupo de Dança de fazer uma vídeo-dança vem da necessidade surgida a partir da realidade da pandemia da Covid-19, onde as aulas e ensaios foram realizadas sem interrupções em plataforma online.

O espetáculo “TransBordar” teve como objetivo explorar, em sua concepção cênica, justamente as cartografias de corpos dançantes, singulares, atuais, por vezes excluídos e, neste momento, isolados por uma situação pandêmica nunca vista em nossos tempos. O mote propulsor de criação pauta-se no verbo, num fazer, num transpor as bordas, desviar-se dos limites, invadir e ou alargar as margens. Reporta, ainda, à ideia de transbordar histórias de vida e marcadores sociais que, ao se encontrarem no palco, compartilham interseccionalidades, sejam elas raciais, étnicas, de gênero e de pessoas com deficiência (DALLA DÉA et al, 2023, p.30).

O espetáculo teve a participação do Grupo Diversus e do Grupo de Dança Dançando com a Diferença de Portugal, assim parte foi gravado no Brasil e parte em Portugal.

O espetáculo na íntegra que se encontra no canal do Fundo Nacional de Artes (Funarte) no link <https://www.youtube.com/watch?v=IyNgILQWsYQ&t=2201s> e possui audiodescrição aberta em todo o vídeo-dança.

Para criação do roteiro da audiodescrição do Transbordar houve um intenso estudo, buscando um equilíbrio entre uma descrição técnica da cena e dos movimentos da dança e da intencionalidade poética dos movimentos e no contexto da cena.

Outra estratégia para tornar a audiodescrição mais incorporada de poética e contexto foi que, além da narração foi feita por um audiodescritor, uma das cenas foi descrita pela artista bailarina, esta cena está no minuto 24:38 do vídeo.

Importante dizer que o audiodescritor que não esteve em cena interpretando no espetáculo, acompanhou todo o processo de criação e filmagem do espetáculo incorporando na sua descrição elementos de intensidade, poéticos e contextuais à sua descrição. E que todo processo foi realizado em conjunto com uma consultora de audiodescrição cega.



Outra experiência vivenciada nesse espetáculo foi uma cena que se inicia no minuto 48 do vídeo em que as bailarinas só existem na audiodescrição e na Libras, enquanto áudio-descreve as pessoas sem deficiência visual só enxergam os movimentos do intérprete de Libras, mas assistem à movimentação das bailarinas imaginárias pela audiodescrição da mesma forma que as pessoas com deficiência visual.

## **O ESPETÁCULO CARTAS AO TEMPO**

O espetáculo “Cartas ao Tempo” de 2022, foi feito ainda em pandemia com máscaras, mas nesse momento já permitindo mais contatos sociais possibilitando a filmagem do Espetáculo em grupo, mas garantindo distância entre as pessoas e privilegiando espaços abertos como parque. “Cartas ao tempo vêm da ânsia do hoje, mas também do desejo de nossos ancestrais de falar sobre quem faz, habita e dá sentido ao tempo... e sobretudo da magnífica experiência de entrar em sintonia com o tempo do “Outro”” (Dalla Déa et al, 2023, p.35).

Sua filmagem foi iniciada na comunidade Tapuia em Goiás, teve parte em um parque ao ar livre em Goiânia e cenas com grupos menores no palco dentro do teatro. O espetáculo está disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=JJ-7CmFCUsQ&t=1240s>.

Nesse momento o Grupo de Dança Diversus e sua equipe de acessibilidade composta por profissionais e consultores já tinha a experiência dos espetáculos anteriores, aqui descritos, e do feedback de pessoas com deficiência e com outras especificidades que assistiram os espetáculos. Todas essas informações vão se somando para o trabalho seguinte.

Nesse espetáculo para esse artigo gostaríamos de destacar a audiodescrição realizada no parque com mães e filhos sem e com deficiência. que acontece no minuto 9:30. No início dessa cena é dado ênfase na audiodescrição mais técnica, que descreveu o espaço e os movimentos dançantes realizados pelas mulheres nas árvores. Quando as mulheres mães se afastam das árvores e dançam livremente no parque na audiodescrição foi dado ênfase no significado e poética dos movimentos considerando-se o contexto do espetáculo e da cena.

Outra cena que inovou na audiodescrição foi a cena gravada no teatro, áudio-descrito pela diretora da cena que também dança, alternando com o audiodescritor, onde ela descreve movimentos por meio dos significados e ele descreve posição dos bailarinos em cena. Ela inclui em sua descrição sons que imitam pessoas comendo com barulhos dando mais intensidade à cena.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A arte acessível é um direito da pessoa com deficiência visual e cega previsto na legislação, no entanto não temos definidas normas de acessibilidade que deem conta da poética, subjetividade e magia da arte e da dança. Descrever movimentos executados nem sempre permite que pessoas com deficiência visual possa usufruir de um espetáculo como as demais pessoas.

Em um espetáculo de dança são muitos elementos a serem áudio-descritos como movimentos realizados, luz, cenário, figurino, posição dos bailarinos no palco, entre outros e a escolha do que será descrito e de outros elementos acessíveis no Grupo de Dança Diversus tem sido realizado com a participação de consultores cegos em conjunto com a direção geral e direção de acessibilidade do grupo.

Para preparação do espetáculo a acessibilidade para os artistas também é efetivada considerando-se que se trata de um grupo diverso que tem como participantes pessoas com as diferentes deficiências.

Como se pode verificar nos espetáculos apresentados nesse artigo, as estratégias de acessibilidade para o público com deficiência visual e cego mudam e a ideia é que se tornem cada vez mais poética e inerte no contexto do espetáculo, sem deixar de atender as normas de acessibilidade previstas na legislação.

Espera-se com esse artigo apresentar possibilidades, dificuldades e caminhos encontrados pelo Grupo na busca pela acessibilidade comunicacional nos espetáculos de dança. A dança inclusiva pode ser uma oportunidade das pessoas com deficiência visual, tanto bailarinos quanto público, repensarem e ampliarem a inclusão social, o direito à diversidade e a dignidade humana.

Busca-se também uma discussão ampliada sobre a importância e o direito à arte enquanto possibilidade de informação, formação e ampliação dos Direitos Humanos.

## REFERÊNCIAS

SECULT, Edital de Licitação/Modalidade Concurso Fomento à Dança 7/2023 – Fundo Cultural, Estado de Goiás, **Secretaria de Estado da Cultura**, Goiás, 2023. Disponível em <https://goias.gov.br/cultura/wp-content/uploads/sites/25/2022/09/Edital7Danca-92f.pdf>.

BALDI, Neilla; MARQUES, Thais; NASCIMENTO, Djenifer. Meia-volta na ciranda: reflexões sobre decolonialidade na Dança. **Interitórios Rev Educ**, Univ Fed Pernambuco. 2019;5(8), Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interitorios/article/view/241594>.

BALDI, Neilla; OLIVEIRA, Julia Urach; PATIAS, Izabela Teixeira. Procedimentos artístico-pedagógicos em Dança a partir da decolonialidade e da autobiografia. **Rev FUNDARTE**.

2019;19(37):127:139, Disponível em  
<https://seer.fundarte.rs.gov.br/RevistadaFundarte/article/view/636>.

DALLA DÉA, Vanessa; LIMA, Marlini; SANT'ANNA, Adriana; SANTOS, Rosirene. **Diversus**: dança, diversidade, educação e acessibilidade. Ebook. Goiânia: CIAR UFG, 2023, Disponível em  
[https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/colecao\\_inclusao/livros/9/index.html](https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/colecao_inclusao/livros/9/index.html).

DALLA DÉA, Vanessa; CUNHA, Maycon; NASCIMENTO, Oromar; LIMA, Amanda; LIMA Marlini. Inclusão de pessoas com deficiência nos projetos de extensão de práticas corporais da Universidade Federal de Goiás. **Revista Pensar Prática**. 2013;16(4):9561270. Disponível em  
<https://revistas.ufg.br/fef/article/view/20237>.

DALLA DÉA, Vanessa; LIMA, Marlini; CURADO, Renata. Grupo de Dança Diversus: por uma pedagogia dançante pautada na escuta sensível e acessível. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, Marília, v.24, n.2, p. 298-309, 2023. Disponível em  
<https://cev.org.br/biblioteca/grupo-de-danca-diversus-por-uma-pedagogia-dancante-pautada-na-escuta-sensivel-e-acessivel/>.

DALLA DÉA, Vanessa; LIMA, Marline; BARRAL, José Henrique; FERREIRA, Julia. Dança como possibilidade de educação para Direitos Humanos: entendendo, discutindo e encenando o Holocausto. **Rev Bras Educ Fís Esporte**, (São Paulo) Jul-Set;35(3):89-97, 2021. Disponível em  
<https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/194553>.

LIMA, Marlini; DALLA DÉA, Vanessa; SANTOS, Rosirene.; OLIVEIRA, Adriana. Experiências em dança que transbordam: ações, criações e afirmações poéticas de corpos diversos. **Revista TXAI** - Programa de Pós-Graduação em de Artes Cênicas - Ufac - v. 1, n. 2. Jan-Jun, 2022. Disponível em <https://periodicos.ufac.br/index.php/txai/issue/view/265>

## **A CONTRIBUIÇÃO DE MARCOS KAPLAN AO DEBATE MARXISTA SOBRE O ESTADO NA AMÉRICA LATINA**

### **MARCOS KAPLAN'S CONTRIBUTION TO THE CRITICAL DEBATE ON THE STATE IN LATIN AMERICA**

Leonardo Granato<sup>1</sup>

#### **Resumo**

Nas décadas de 1970 e 1980, em meio à disseminação das ditaduras e ao aprofundamento da dependência externa nas formações sociais da América Latina, tiveram lugar profícuas contribuições ao debate marxista sobre o Estado das referidas sociedades. Intelectuais como Agustín Cueva, Norbert Lechner, René Zavaleta e Marcos Kaplan reivindicaram o estudo do Estado capitalista na América Latina como objeto de reflexão. Neste trabalho, por meio de uma análise bibliográfica, buscamos resgatar as principais contribuições, ao debate em questão, do referido autor Marcos Kaplan, em particular. A partir de um diálogo com a produção intelectual do autor mais representativa dentro do recorte temático proposto, inicialmente discutimos a abordagem histórico-estrutural defendida pelo autor para o estudo crítico do Estado periférico e dependente na América Latina. Posteriormente, recuperamos os traços mais marcantes da periodização da trajetória da instituição estatal na América Latina formulada por Kaplan.

**Palavras-chave:** Marcos Kaplan; Estado; América Latina; Marxismo

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), lotado no Departamento de Ciências Administrativas - Área de Administração Pública e Social da Escola de Administração (EA). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Coordenador Adjunto da Especialização Lato Sensu em Relações Internacionais: Geopolítica e Defesa. Coordenador do Núcleo de Estudos em Política, Estado e Capitalismo na América Latina (NEPEC), grupo de pesquisa sediado na EA e associado ao referido Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e ao Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV). Desde 2020, como parte de suas atividades no Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), integra a equipe de editores da Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, publicação semestral do referido núcleo de pesquisa. Entre 2017 e 2020, integrou a Comissão Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, tendo atuado como Coordenador Substituto no biênio 2019-2020. Além de ter sido docente em universidades de Argentina, Uruguai e Espanha, acumula experiência na gestão pública, tendo desempenhado cargos técnicos na Administração Pública Nacional da Argentina, no âmbito dos ministérios da Economia e da Segurança. Possui doutorado em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestrado em Direito da Integração Econômica pela Universidad del Salvador, Argentina, e graduação em Direito pela Universidad de Belgrano, Argentina. Atualmente, pesquisa temas relacionados à natureza e às funções do Estado no capitalismo, com destaque para o caso do Estado latino-americano; ao desenvolvimento socioeconômico, à inserção externa e à integração na América Latina, com ênfase nos casos dos países do Cone Sul e do Mercosul; e às relações entre Estado e bloco no poder no Brasil e na Argentina.

## **Abstract**

In the 1970s and 1980s, amid the spread of dictatorships and the deepening of external dependency in Latin America, there were fruitful contributions to the Marxist debate on the State in Latin American societies. Intellectuals such as Agustín Cueva, Norbert Lechner, René Zavaleta and Marcos Kaplan reclaimed the study of the capitalist State in Latin America as an object of reflection. In this paper, based on a bibliographical analysis, we seek to retrieve the main contributions to the debate on State by the aforementioned author Marcos Kaplan. Developing a dialog with the author's most representative intellectual production within the proposed thematic area, we initially discuss the author's historical-structural approach to the critical study of the peripheral and dependent State in Latin America. Subsequently, we discuss the most striking features of Kaplan's periodization of the trajectory of the State in Latin America.

**Keywords:** Marcos Kaplan; State; Latin America; Marxism.

## **INTRODUÇÃO**

Historicamente, a questão sobre o Estado nas sociedades da América Latina tem tido uma presença indireta nos debates do pensamento social latino-americano vinculados, fundamentalmente, à problemática do desenvolvimento capitalista na região. Avançada a década de 1960, à luz de diversos acontecimentos históricos e de uma atualização do debate marxista sobre o Estado na Europa, teve lugar na região toda uma literatura de cunho crítico. Esta, diante da problemática do autoritarismo e dos novos regimes militares e da inserção externa dependente da região na etapa de acumulação de capitalismo monopolista, promoveu uma renovação da discussão ao reivindicar o Estado latino-americano como objeto de reflexão e análise crítica (GRANATO, 2021).

Buscando contribuir à disseminação, na atualidade, das discussões dos autores envolvidos no debate em questão, propomos resgatar, neste trabalho, algumas das formulações basilares do intelectual argentino, naturalizado mexicano, Marcos Teodoro Kaplan Efron (1926-2004). Assim como Agustín Cueva, Norbert Lechner e René Zavaleta Mercado, entre as décadas de 1970 e 1980, Kaplan participou ativamente da referida renovação da discussão sobre o fenômeno estatal na região. Em função da vasta obra do autor<sup>2</sup>, optamos por recuperar, aqui, alguns elementos de cunho teórico, referentes à abordagem do autor para o estudo do político na periferia capitalista latino-americana, bem como outros elementos de caráter histórico, relativos à periodização da trajetória da instituição estatal na América Latina.

---

<sup>2</sup> Para a bibliohemerografia de Kaplan, veja-se Becerra-Ramírez (2005a, pp. 135-157).

Marcos Kaplan, que integrou a primeira geração de cientistas sociais argentinos precursores da chamada “Sociologia de Cátedra”, é também considerado um dos mais relevantes cientistas sociais latino-americanos do fim do século XX. Com uma adolescência e uma juventude marcadas pelos conturbados cenários mundial e argentino da primeira metade do século XX, formado em Direito na Universidade Nacional de La Plata e doutorado em Direito e Ciências Sociais na Universidade de Buenos Aires, Kaplan iniciou sua carreira docente e de pesquisa nessa última instituição, onde permaneceu até migrar ao Chile, em virtude do regime ditatorial que vigorou na Argentina entre 1966 e 1970 (Kaplan, 1999).

Vinculado à Universidade de Chile, Kaplan, como lembra Becerra-Ramírez (2005b), soube fazer da “etapa chilena” um período de grandes conquistas e avanços intelectuais, dentre os que se destaca a publicação, em 1969, do livro *Formación del Estado nacional en América Latina*, um dos seus estudos mais importantes e difundidos nos países da região e de outros continentes<sup>3</sup>. Depois de uma breve passagem pela sua Argentina natal entre 1970 e o início de um novo período ditatorial que se materializaria em 1976 (e impedido de voltar para o Chile, onde já se havia instalado a ditadura de Augusto Pinochet, em 1973), em 1975 Kaplan migrou para o México e ingressou na Universidade Nacional Autônoma do México, onde desenvolveu frutíferas pesquisas e permaneceu até seu falecimento.

Os estudos de Kaplan aqui referenciados não remetem a uma seleção exaustiva, nem, necessariamente, a uma cronologia estrita. Antes, optamos por desenvolver um diálogo com a produção intelectual do autor mais representativa dentro do recorte temático proposto. Assim, o trabalho, baseado em análise bibliográfica, está dividido em duas grandes partes. Na primeira seção, buscamos apresentar algumas considerações acerca do esquema teórico-analítico formulado por Kaplan para o estudo do Estado periférico e dependente na América Latina, esquema esse que ele mesmo chama de abordagem histórico-estrutural. Na segunda parte, propomos recuperar os traços mais marcantes da periodização do Estado na América Latina formulada pelo autor.

## O ENFOQUE HISTÓRICO-ESTRUTURAL

Ainda que a abordagem histórico-estrutural defendida por Kaplan para discutir criticamente a questão do Estado nas formações sociais latino-americanas seja por ele retomada em diversas publicações, é nos livros *Estado y Sociedad* (1978) e *Aspectos del Estado en América Latina*

---

<sup>3</sup> No Brasil, a referida obra bibliográfica foi publicada, em 1974, pela Livraria Eldorado Tijuca (Rio de Janeiro), e a tradução à língua portuguesa esteve a cargo de Lygia Maria Baeta Neves.



(1981) onde tal arcabouço pode ser encontrado de forma mais condensada. Kaplan (1987) definia seu enfoque como totalizador, concreto e dinâmico, em contraposição a um enfoque caracterizado como restritivo, formalista e estático.

No enfoque restritivo, formalista e estático, a análise sobre o Estado é atravessada, segundo o autor, pela

[...] preocupação predominante por promover fórmulas e estruturas que garantam a coerência, a estabilidade, o equilíbrio, a autorregulação, a conservação da ordem, a preservação das condições de dominação e exploração, em um país ou no mundo. Desigualdades e explorações, alienações e coações são comprovadas e mantidas como necessárias ou inevitáveis (Kaplan, 1981, p. 13, tradução livre).

Nesse enfoque, os cientistas sociais, segundo Kaplan, se atêm às aparências, e o Estado é tratado pelo que parece ou pretende ser. Esse enfoque encontra expressão, para o autor, em teorias fechadas e estáticas, “que fragmentam e simplificam a realidade, e limitam e degradam sua interpretação” (Kaplan, 1981, p. 13, tradução livre). As duas grandes variantes que Kaplan identifica como fazendo parte desse enfoque são o estrutural funcionalismo liberal e o marxismo dogmático.

Ao se referir ao campo do estrutural funcionalismo liberal, assentado na separação de política e economia, Kaplan expressa que, nesse campo, “o Estado parece ou resulta ser algo inexistente ou se declara natural sua forma atual, subtraindo-o do horizonte da teoria e da pesquisa empírica” (Kaplan, 1987, p. 35, tradução livre). Ainda nas palavras do autor, quando abordado, o Estado é tido como se “fosse um ente especial, superior, colocado fora do processo histórico-político e à margem das suas leis. O exame do Estado deixa de ser crítico e rigoroso à medida em que se coloca entre parênteses o contexto social dos processos políticos” (Kaplan, 1987, p. 36, tradução livre).

A definição de Estado é, no campo em tela, segundo o autor, apenas formal e limitada a explicar como esse conjunto de instituições funciona. Essa concepção está associada à ideia de que o Estado desempenha um papel de mediador neutral ou árbitro com agência suficiente para, através de suas funções de caráter universal, garantir o chamado bem comum público, sobrepondo-se a todo e qualquer conflito social, amortecendo-o e ocultando, assim, o caráter de classe do Estado. Contribui-se, assim, segundo Kaplan (1987; 1981; 1990), para o ocultamento e o desconhecimento do Estado capitalista, da sua natureza e existência, de seu papel e funções na totalidade social.

No que diz respeito à corrente marxista, Kaplan critica as interpretações dogmáticas onde, segundo ele, prevalece um determinismo reducionista e mecanicista-linear, expresso,

principalmente, na relação entre infraestrutura e superestrutura. Conforme o autor, na medida em que a superestrutura política é mecânica e rigorosamente determinada pela infraestrutura econômica, e em que o Estado é tido como mero instrumento da vontade política da classe dominante, a realidade própria, a autonomia e as especificidades do político são ignoradas (Kaplan, 1987; 1981; 1983).

Como alternativa, então, ao enfoque restritivo, formalista e estático, Kaplan defende o chamado enfoque totalizador, concreto e dinâmico, ou, também por ele intitulado de “histórico-estrutural”. Em primeiro lugar, para o autor, o estudo do Estado precisa ter como marco lógico de referência a totalidade social e como princípio a indissociabilidade entre política e economia. Como lembra Kaplan (1987; 1981), no capitalismo, “o político” e “o econômico”, longe de serem instâncias isoladas, são modalidades de práticas sociais que remetem a uma articulação específica, constitutiva de ambas as modalidades. Desse modo, segundo o autor, em um primeiro momento da pesquisa sobre a política e o Estado, em uma conjuntura histórica específica, os fundamentos da forma do Estado devem ser buscados no plano da infraestrutura socioeconômica. Essa abordagem é, entretanto, insuficiente, pois as determinações que dessa infraestrutura emergem não são mecânicas ou imediatas, e a dependência da superestrutura é sempre relativa. Trata-se, segundo o autor, em termos metodológicos, de

[...] explorar a natureza da relação dialética entre infraestrutura e superestrutura como dois momentos igualmente condicionantes e determinantes e, de modo geral, os laços e interações entre as diversas instâncias e polos geradores, estruturado-estruturantes, que configuram no conjunto e movimentam uma sociedade (Kaplan, 1981, p. 24, tradução livre).

Reforçando o fato de que a superestrutura expressa uma lógica e movimentos próprios e específicos, que a tornam igualmente determinante e condicionante com relação à infraestrutura socioeconômica, cumprindo papel ativo no processo histórico, o autor retoma a questão da totalidade ao afirmar que

[...] a realidade social é, assim, expressão da totalidade de forças e atividades humanas, de estruturas e processos que elas mesmas geram. As estruturas sociais resumem a totalidade dos atores e processos sociais, são definidas por eles e, por sua vez, os constituem e condicionam (Kaplan, 1981, p. 25, tradução livre).

Em segundo lugar, o estudo do Estado, no raciocínio do autor, precisa atentar para a especificidade do seu papel na formação social, em determinadas condições históricas. Assim, inicialmente, cabe esclarecer que a partir dos processos de produção econômica, a sociedade capitalista se apresenta para Kaplan (1981) como uma rede de relações hierarquizadas e de dominação entre classes, grupos e indivíduos, de estruturas de estratificação social complexas, contraditórias e dinâmicas. A contraposição básica se dá entre as classes dominantes e dominadas, questionando-se, assim, uma unidade da sociedade global, unidade essa que só o Estado poderá garantir. Na perspectiva do autor, “o Estado não é expressão de uma racionalidade transcendente ou imanente à sociedade. Advém dela, é seu produto, seu modo de expressão e de organização, seu resumo oficial e simbólico” (Kaplan, 1981, p. 49, tradução livre). O Estado assume a consciência, a racionalidade, o poder organizador e de coesão, a representatividade do interesse geral de uma sociedade dividida em classes, ancorada em um sistema de distribuição desigual da riqueza e do poder. Amortece os conflitos sociais e garante a ordem. O caráter dual e ambíguo do Estado fica, assim, retratado, para Kaplan (1981), no fato de tal Estado ser expressão de uma relação de dominação entre classes e grupos sociais materializada em um conjunto institucional que deve pretender e em parte atuar como árbitro, encarnação e realização da ordem, da justiça social e do bem comum.

Como lembra Kaplan, o Estado capitalista se instala socialmente como realidade objetiva e como instituição. Torna-se, assim, uma entidade cuja “separação”, em parte aparente e em parte real, com relação à sociedade, se justifica cada vez mais em função da complexidade crescente de suas funções referentes fundamentalmente, segundo Kaplan (1987; 1981) a institucionalização, legitimidade, consenso e legalidade; coerção social; educação e propaganda; organização coletiva e política econômica; relações internacionais. Dessa forma, a noção de autonomia relativa do Estado permite, no raciocínio de Kaplan, uma análise e compreensão mais férteis do funcionamento do Estado capitalista de modo geral, e latino-americano em particular, ao ressaltar que: i) as formas superestruturais, e especialmente o Estado, não constituem meros reflexos ou epifenômenos das estruturas socioeconômicas; ii) para cumprir suas funções orientadas à ordem e ao bem comum, o Estado deve se apresentar como uma instância relativamente autonomizada, independente e superior a todas as classes e grupos; iii) o papel real do Estado é inseparável de quem efetivamente o encarna, anima e administra, ou seja, um corpo burocrático autocentrado<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Inclusive, é a partir da referida noção de autonomia relativa que Kaplan chama a atenção para o intervencionismo estatal como traço histórico do Estado capitalista na região, como será visto na segunda parte deste trabalho.

Por fim, um outro aspecto que integra a chave analítica do autor para estudar o Estado diz respeito à dinâmica das condições ou determinações que advêm dos planos interno e externo. Tal aspecto assume um caráter fundamental no caso latino-americano, principalmente pela inserção dependente no mercado mundial e a heterogeneidade estrutural como condições constitutivas do Estado nas sociedades da região.

A dependência para Kaplan (1972) não é um elemento em si ou um mero fator externo a ser enfrentado, mas antes se trata do tecido de relações constitutivas no capitalismo, baseadas na dominação e subordinação de uns países por outros, assim como da modalidade específica que o desenvolvimento capitalista assume na nossa região. Trata-se de uma relação estrutural, na perspectiva do autor, na qual a América Latina está inserida internacional e nacionalmente, e, por conta disso, seu desenvolvimento é dependente, desigual e combinado. Segundo Kaplan

[...] na América Latina têm existido desde a época colonial [...] grandes diferenças tecno-econômicas, sociais, políticas e culturais entre regiões incorporadas em graus diferentes no sistema internacional; entre regiões relativamente desenvolvidas e atrasadas; entre zonas urbanas e rurais [...]. Ambos os polos da sociedade integram um mesmo processo histórico. São partes diferentes, mas inter-relacionadas e que interagem em um mesmo sistema capitalista dependente [...]. Resulta, assim, mais adequado falar não de dualismo estrutural, mas de desenvolvimento dependente, desigual e combinado (Kaplan, 1972, p. 62, tradução livre).

Assim como a referida inserção externa dependente, a heterogeneidade estrutural das sociedades latino-americanas, que se traduz em um equilíbrio instável de diversas estruturas produtivas e culturais capitalistas e pré-capitalistas sob dominância das primeiras, aparece, aqui, também, como um fator relevante para a interpretação do Estado que dessas sociedades emerge e opera. Kaplan chama a atenção, nesse sentido, para o fato de que ainda que a dependência externa constitua um aspecto decisivo na análise sobre o Estado, a dinâmica doméstica marcada pela referida heterogeneidade estrutural, supõe uma existência própria e concreta. Dessa forma, a dependência externa não apenas impacta a dinâmica interna, mas também é por essa última impactada. Segundo o autor,

[...] o dinamismo interno reflete e incorpora não apenas a ação das metrópoles e do sistema internacional, mas acrescenta, também, suas singularidades histórico-sociais, suas peculiaridades e mediações específicas, suas conjunturas e azares, passando em um só tempo a integrar e a alterar a composição, a orientação e o funcionamento dos agentes e forças de tipo externo (Kaplan, 1968, p. 208, tradução livre).

A dependência, assim concebida pelo autor como uma relação, como uma dialética entre forças de ordem externa e interna no capitalismo, é parte fundamental do arcabouço analítico kaplaniano, que, como já expressei, tem no preceito de autonomia relativa do Estado o seu núcleo central. Referente ao plano externo, tal noção de autonomia contribui para explicar, no entendimento do autor, o fato de que

[...] certas conjunturas internacionais, independentemente às vezes da vontade das metrópoles e dos grupos internacionais, possam gerar oportunidades e opções que são aproveitadas de diferentes maneiras pelos grupos hegemônicos e dominantes dos países latino-americanos para assumir um grau relativo de independência e um poder mais ou menos autônomo de decisão, e para tentar alterações significativas na orientação e na configuração das políticas internas e externas. Explicam, também, o fato de que o Estado na América Latina exerce no geral uma espécie de função mediadora e arbitral entre os grupos internos e externos, entre a sociedade nacional e as metrópoles, entre a dependência e a autonomia (Kaplan, 1972, p. 59, tradução livre).

Tal como ficou retratado no fragmento anterior, para Kaplan a dependência orgânica e estrutural das formações sociais na região deve ser pensada, também, a partir das possibilidades abertas em conjunturas históricas específicas para a ampliação da margem de manobra dos respectivos Estados. Apresentadas, assim, as que entendemos serem as noções fundamentais do esquema analítico de Kaplan para o estudo do Estado na América Latina, vejamos, na seção a seguir, alguns dos resultados do esforço do autor em combinar a análise estrutural e o enfoque histórico.

## O ESTADO NA AMÉRICA LATINA: CARACTERIZAÇÃO E PERCURSO HISTÓRICO

Nesta segunda seção, abordaremos alguns elementos da periodização do Estado latino-americano presente na obra de Kaplan, no entendimento de que o esforço intelectual do autor constitui uma relevante contribuição ao entendimento da natureza e das funções que o Estado tende a assumir na formação social latino-americana dependente, em determinadas condições históricas. Dentre as principais produções de Kaplan que dão conta do mencionado exercício intelectual de periodização, destacam-se, fundamentalmente, os já mencionados livros *Formación del*

*Estado nacional en América Latina*, e *Aspectos del Estado en América Latina*, dentre uma ampla variedade de outros trabalhos.

### ***A infância do Leviatã crioulo***

A “infância do Leviatã crioulo”, valendo-nos dos próprios termos do autor, tem sido tratada em estudos como Kaplan (1976; 1978; 1969). Propomos ressaltar, aqui, apenas alguns aspectos do robusto estudo histórico realizado por Kaplan a respeito do Estado, constituído a partir das independências dos países latino-americanos, durante os séculos XIX e inícios do XX. Tal como retratado nos estudos do autor (Kaplan, 1976; 1981), o processo de constituição e as funções do Estado nacional nos países da região vincularam-se à organização de sociedades com um modelo produtivo primário-exportador e dependente da Europa (com destaque para a Inglaterra) e dos Estados Unidos, e com uma forte concentração da riqueza e do poder na classe agroexportadora, em aliança com as metrópoles e suas empresas. Nesse sentido, afirma Kaplan, o Estado nacional oligárquico

[...] se constitui, se legitima e se regula juridicamente a si mesmo e à sociedade. Cria uma ordem político-militar e uma legalidade que regem a aquisição e o exercício do poder, o monopólio e a organização da violência legítima. Promove a garante a hegemonia do setor primário-exportador e seu controle do sistema produtivo; a reorganização da sociedade para a vigência do modelo escolhido de economia e desenvolvimento; o progresso da integração no sistema internacional (Kaplan, 1981, p. 73, tradução livre).

Segundo Kaplan, para a construção da ordem político-institucional que promovesse a integração do país e de um sistema de lealdades nacionais por cima dos particularismos regionais, as classes dominantes crioulas e seus intelectuais orgânicos importaram o modelo europeu e norte-americano de Estado nacional independente, centralizado, formalmente baseado na soberania popular e na democracia representativa, ainda que, como afirma o autor, no plano da realidade tal modelo tenha apresentado uma “vigência limitada ou fictícia” (Kaplan, 1981, p. 71, tradução livre). Na perspectiva kaplaniana, o sistema político garantido pelo Estado do período apresentou os traços quer de uma ditadura unificadora, quer de uma democracia de participação restringida, e a maioria da população careceu de uma proteção estatal efetiva. Dessa forma, para o autor, o modelo importado de organização político-administrativa da sociedade serviu fundamentalmente à fração hegemônica para consolidar seu poder através do “controle dos recursos e processos produtivos



do tipo agrário-exportador, das estruturas socioculturais fundamentais e das relações internacionais” (Kaplan, 1981, p. 72, tradução livre).

Para Kaplan (1976), já desde seus primórdios, o Estado nacional oligárquico na América Latina distou de ser passivo ou frágil, cumprindo as tarefas essenciais do poder político na sociedade. Em outras palavras, tal Estado sempre assumiu funções de transcendência nas áreas socioeconômico-produtiva e de política externa. Segundo Kaplan, em função da intervenção do Estado,

[...] o setor produtivo primário-exportador herdado da etapa colonial é inicialmente mantido sob controle relativamente autônomo da oligarquia, e depois convertido em atividade fundamental e em principal vínculo com as economias e Estados dos países avançados e com o mercado internacional (Kaplan, 1981, p. 75, tradução livre).

Assim, no período em questão, era o Estado que disponibilizava os recursos produtivos para o setor agroexportador e para os grupos nacionais e estrangeiros que o controlavam, favorecendo, por sua vez, a acumulação interna de capital. Por sua vez, através da política externa e da formalização de acordos bilaterais, e reforçando-se, de fato, a tendência histórica da América Latina à balcanização, o Estado oligárquico buscava “garantir o estreitamento dos vínculos com a metrópole, impedindo que nada interferisse em tais vínculos e tentando extrair deles o máximo proveito” (Kaplan, 1981, p. 76, tradução livre), partindo-se, sempre, da afirmação de uma suposta harmonia natural de interesses entre ambos os termos da relação, ainda que, evidentemente, tal entendimento não excluísse o surgimento de conflitos entre os Estados locais e as metrópoles – entretanto, conflitos esses sempre resolvidos, em última instância, a favor dessas últimas.

### ***O Leviatã crioulo e o neocapitalismo tardio e dependente***

No período que vai de 1930 a 1980, Kaplan (1976; 1981) chama a atenção a todo um processo, em parte reformista, democrático e populista, de reconfiguração modernizadora do Estado na América Latina. Em função do crescimento econômico advindo do modelo primário-exportador, produziu-se um dinamismo na divisão social e regional do trabalho, na urbanização e nas formas espontâneas de industrialização, o que levou a uma diversificação da estrutura social marcada pela emergência das classes médias e o aumento das massas populares. Um certo reformismo, gradualista compatível com a ordem tradicional, foi levando a uma ampliação da democracia formal, bem como a uma renovação institucional. O Estado deu início, aqui, a um processo de robustecimento do seu aparelho, se apresentando:

[...] de modo mais intenso e explícito como representante da sociedade e árbitro entre classes e grupos. Limita o poder oligárquico tradicional e reforça o das classes médias. Canaliza, manipula e controla as classes trabalhadoras e populares através de uma combinação de concessões limitadas e de repressão sempre presente (Kaplan, 1981, p. 78, tradução livre).

Do ponto de vista externo, o período em tela tem como pano de fundo, grosso modo, os impactos da Grande Depressão de 1929, a ascensão e a consolidação dos Estados Unidos à hegemonia do sistema capitalista e em parte significativa do Terceiro Mundo, bem como a ascensão e a consolidação da União Soviética como potência do bloco socialista. A América Latina inseriu-se, aqui, diferentemente do passado, em uma nova relação de dependência, passando a integrar plenamente a esfera de dominação norte-americana. Conforme o nosso autor, no período em questão, as corporações multinacionais

[...] penetraram a indústria e o agronegócio, o comércio e as finanças, os serviços e o Estado; articularam-se com setores nativos pertencentes a diferentes classes; desempenharam um papel significativo na estruturação do modo de produção dominante e da formação social (Kaplan, 1981, p. 80, tradução livre).

Emergiu, aqui, ainda que instaurado em graus variáveis segundo os países e as conjunturas específicas, o que Kaplan chamou de um “neocapitalismo tardio, subdesenvolvido e dependente” baseado

[...] na estreita associação entre grandes empresas nacionais e internacionais; na produção especializada para a exportação e para um mercado interno emergente constituído por grupos urbanos de alto e médio níveis; no uso de mão de obra barata e submissa e no apelo ao protecionismo estatal; na redistribuição regressiva de renda; na dissociação entre crescimento econômico e desenvolvimento integral; na depreciação dos níveis de remuneração, consumo e bem-estar das massas; na vigência de uma ordem social e política que pressupõe e promove a falta de participação, a apatia e a submissão das maiorias; no convívio, no plano produtivo, de setores dinâmicos associados a empresas estrangeiras e de núcleo de economia capitalista arcaica (Kaplan, 1981, p. 80, tradução livre).

Do ponto de vista interno, o período em questão é descrito pelo autor como relativo a um processo de inter-relações complexas entre a decomposição das estruturas que deram fundamento e significado à dominação oligárquica e ao Estado burguês tradicional, e a implantação do novo

modelo de neocapitalismo tardio e dependente baseado em um padrão de crescimento econômico pela via da industrialização, mas sem revolução industrial. O novo Estado democrático e desenvolvimentista, que expressava a ascensão da burguesia industrial e comercial, converteu-se em empresário e organizador da produção, e em provedor de políticas e serviços públicos vitais.

Ao avanço e à consolidação da diversificação e complexificação da estrutura social, em um contexto de graus variáveis de democratização, somou-se, contudo, segundo o autor, a falta de coerência e ambição das classes médias para reivindicar um papel autônomo e para assumir um projeto próprio, assim como a carência de consciência de classe e de instrumentos autônomos de práxis coletiva das novas classes trabalhadoras urbanas (Kaplan, 1981). No contexto da referida estrutura social, Kaplan adverte que o funcionamento do supramencionado modelo neocapitalista garantido pelo Estado

[...] não surge nem opera para satisfazer as exigências maioritárias de participação e melhorias das classes médias e populares. Privilegia certas empresas e ramos econômicos, certas classes e regiões, em detrimento das restantes. Gera e multiplica tensionamentos, conflitos e antagonismos [...] exige muita concentração do poder e imposição de uma ordem autoritária extrema para o logro da submissão das maiorias (Kaplan, 1981, p. 87, tradução livre).

A manutenção desse modelo de acumulação com reconcentração econômica só se fez possível pela disseminação, na segunda metade do século XX, principalmente América do Sul, de regimes ditatoriais que mantiveram sob controle as massas, assim como os conflitos na esfera das classes dominantes. As soluções autoritárias e totalitárias do período têm sido tratadas por Kaplan (1978; 1981) como próximas de um modelo fascista *sui generis*, contribuindo para o debate sobre o autoritarismo interventor como a forma política assumida pelo Estado contrarrevolucionário para aperfeiçoar o caminho que o levaria à nova dependência no capitalismo neoliberal.

Embora Kaplan defenda o intervencionismo como traço característico do Estado na América Latina, o autor afirma que, no grande período em tela, tal tendência tornou-se ainda mais evidente em função de que “a instauração e avanço do neocapitalismo não são nem podem ser resultado de um processo espontâneo e autorregulado” (Kaplan, 1981, p. 91, tradução livre), tendo-se demandado, assim, a intervenção cada vez mais direta e dinâmica do Estado periférico e dependente – ainda que de forma variável, a depender do caso concreto – nos processos de estruturação e reprodução da sociedade.

A necessidade de maior intervenção do Estado nacional subalterno dizia respeito àquelas funções relativas à produção das condições sociais e materiais (sobretudo as referentes à

infraestrutura econômica e social e outras atividades básicas) essenciais para o funcionamento e expansão, no período em tela, das empresas monopolistas nacionais e estrangeiras, mas que não queriam ou não podiam ser por tais empresas produzidas. Segundo Kaplan, como agente de transformação, o Estado assumiu, assim,

[...] a garantia social das condições gerais do processo de estruturação e reprodução do neocapitalismo tardio e dependente, sobretudo através de suas funções de organização coletiva e política econômica, contribuindo, de maneira decisiva, para possibilitar historicamente o processo de mudança que levou à instauração da sociedade neocapitalista dependente (Kaplan, 1981, p. 92, tradução livre).

Da leitura do autor, resta que cabia ao Estado preservar, em definitivo, os fundamentos e requerimentos do modelo em questão. De fato, o Estado tinha a cargo a formulação e execução de políticas públicas relativas à orientação, à estrutura e ao funcionamento da economia e da sociedade, bem como o reconhecimento e a hierarquização das necessidades coletivas e setoriais, além da mobilização de recursos para a satisfação das referidas necessidades. Por sua vez, em matéria de política externa, embora o Estado dependente servisse à ação condicionante e determinante das corporações e dos Estados da potência hegemônica e de outras metrópoles imperiais, em todos os níveis e aspectos da realidade nacional, Kaplan esclarece, contudo, que tal Estado não se tratava de um mero instrumento passivo a serviço dos interesses estrangeiros e dos nacionais a ele associados, pois, de fato, ele existia em função da realidade nacional local e dos tensionamentos e conflitos entre tal realidade e a das metrópoles (Kaplan, 1981). Fica, aqui, retratada essa característica do Estado latino-americano, mencionada na primeira seção deste trabalho, referente à função de mediação entre os grupos internos e externos, entre a autonomia e a dependência que o Estado assume na região.

Às funções tradicionais do Estado oligárquico tradicional, no período sob estudo, o Estado acumulou, como dito, as novas funções relativas ao estabelecimento e à garantia das novas condições de existência e reprodução do neocapitalismo, levando-o a reforçar e ampliar seu aparelho (e sua burocracia político-administrativa) como centro autônomo de decisões em meio aos interesses em disputa. Segundo Kaplan, ainda que o Estado latino-americano do período expressasse o vigor do neocapitalismo tardio e dependente e institucionalizasse as relações de dominação correspondentes, isso não nos autoriza a conceber uma subordinação mecânica e instrumental do Estado à vontade política das classes dominantes. Retomando aqui as lições do autor comentadas na primeira seção deste trabalho, a infraestrutura socioeconômica não apenas

não determina de maneira mecânica e linear a esfera do político, mas antes cria a necessidade da sua autonomização relativa. É na separação entre as estruturas política e econômica que a autonomia relativa do Estado tem lugar, e é em meio à luta política, na conjuntura concreta, que ela se expressa mais claramente.

Conforme Kaplan (1981), para o cumprimento das novas funções necessárias ao neocapitalismo tardio e dependente, o Estado na região se coloca por cima da sociedade, centralizando seus poderes e aumentando capacidades de tomar partido em meio aos interesses em conflito; volta-se organizador; hipertrofia-se. Esse quadro se relaciona, também, com a necessidade de a tecnoburocracia civil e militar do Estado se apresentar (e em parte sê-lo realmente) como instância autonomizada e superior a todas as classes e grupos, garantindo a coerência, a estabilidade e a sobrevivência do sistema.

### ***O Leviatã crioulo na globalização neoliberal***

Questionando as profecias sobre a decadência ou extinção do Estado nacional no período contemporâneo da globalização neoliberal, Kaplan (2008, p. 416, tradução livre) afirma que o Estado latino-americano é “pré-requisito para o avanço da globalização”. Ainda que renunciando a parte significativa da sua soberania em favor das agências e regulações internacionais, o Estado na América Latina segue sendo, para o autor “uma força poderosa” perante os constrangimentos e exigências decorrentes da globalização neoliberal, fase essa caracterizada, segundo o autor, pela confluência de processos de alta concentração do poder e de valorização do capital em escala mundial, tais como a transnacionalização, a terceira revolução tecnológica e a nova divisão internacional do trabalho (Kaplan, 1996; 2008).

No referente ao plano externo, o autor reforça a necessidade de problematizar a ideia clássica de soberania total, absoluta e monolítica face às “infrações à soberania e restrições ao exercício da autonomia de ação” (Kaplan, 2008, p. 414, tradução livre) sofridas, no período em tela, pelos Estados subalternos latino-americanos. Acrescenta, contudo, que, assim como a globalização neoliberal não avança de maneira uniforme em todo o mundo e para todos os Estados, as restrições à soberania e à autonomia decisória também são conjunturalmente variáveis, abrindo-se espaços para a aquisição de margens de autodeterminação nacional. Nesse sentido, segundo o autor, “a economia mundial e o sistema interestatal têm desníveis e descontinuidades; criam ou usam brechas e nichos; abrem espaços de autonomização e reforço da soberania para Estados que queiram e tenham capacidades para aproveitá-los” (Kaplan, 2008, p. 414, tradução livre).

Já no que diz respeito ao plano interno, são os supramencionados constrangimentos e exigências decorrentes da globalização neoliberal os que incrementam, segundo Kaplan, a “necessidade da intervenção, da mediação arbitral e da reitoria do Estado, como garantia da vigência das condições gerais de reprodução dos respectivos sistemas, de recuperação da coerência, do logro do equilíbrio e da continuidade, do crescimento e da governabilidade” (Kaplan, 2008, p. 415, tradução livre). Questionando, em definitivo, as premissas do receituário neoliberal, principalmente a de não intervenção do Estado na dinâmica socioeconômica, à luz da experiência histórica, nosso autor afirma que

[...] paradoxalmente, as reformas neoliberais têm se desenhado e implementado mediante um forte intervencionismo estatal e práticas autoritárias: uso de poderes presidencialistas, de regimes de exceção, de instrumentos e mecanismos populistas, corporativistas e clientelistas, e de controle e repressão (Kaplan, 2008, p. 416, tradução livre).

Resulta evidente, por sua vez, que tal intervencionismo estatal, como traço marcante do “novo Estado democrático de direito” na América Latina, perdura e se reforça, nesse período, em função dos impactos regressivos das reformas e políticas neoliberais em todas as frentes da vida social. Segundo Kaplan, os países latino-americanos vêm sendo impactados, no período sob discussão, grosso modo, pelos efeitos de um “quadrilátero diabólico”, caracterizado pela crise e decomposição econômicas; pela dissolução social; pelas deformações e carências culturais; pela instabilidade e anarquização políticas e deslegitimação do Estado (Kaplan, 1996; 2008). Conforme o autor, a decomposição econômica e a dissolução sociocultural se entrelaçam com a anarquização política e com um Estado que, sem conseguir articular os principais atores e interesses da sociedade e absorvido pelas dificuldades da sobrevivência imediata, vai se tornando cada vez mais autoritário, repressivo e regressivo (Kaplan, 1996; 2008).

Concluimos, assim, essa segunda parte deste trabalho, tendo oferecido uma sistematização dos principais elementos relativos à caracterização e à periodização kaplanianas do Estado periférico e dependente latino-americano. Procedemos, a seguir, à formulação dos comentários de encerramento.

## **À GUIA DE CONCLUSÃO**



O cientista social latino-americano Marcos Kaplan dedicou grande parte da sua vida intelectual a pensar e refletir sobre o Estado na região. Buscamos, aqui, condensar algumas das suas formulações mais relevantes para a compreensão do assunto em tela. Devido ao desdobramento da contribuição do autor ao discutir o Estado nos níveis teórico e histórico, optamos por tratar, na primeira parte deste trabalho, sobre o chamado “enfoque histórico-estrutural”, que perpassa a vasta obra do autor. Tal seção não apenas presta contribuições à problematização da noção de Estado neutro e impessoal e chama a atenção para as limitações da abordagem institucionalista liberal, mas, também, recupera, no contexto da teoria política marxista, as caras noções de indissociabilidade entre política e economia e de autonomia relativa do Estado para a análise do fenômeno estatal capitalista. Por fim, como a preocupação teórica do autor esteve sempre vinculada ao Estado da formação social latino-americana, cristalizando-se no arcabouço teórico-analítico de Kaplan a sua reivindicação do concreto, o desdobramento de tal noção de autonomia no plano externo e a questão da dependência mostraram-se de grande valia para a discussão.

Já na segunda seção deste trabalho, através da sistematização em torno da caracterização e da periodização do autor sobre o Estado na América Latina, conseguimos identificar algumas linhas-mestras no pensamento de Kaplan. Em primeiro lugar, emerge claramente a já mencionada autonomia relativa do Estado, pondo-se em evidência a necessidade de se pensarem as margens de ação do Estado, nos planos internos e externo e em conjunturas específicas, para além de qualquer mecanicismo ou linearidade. Em segundo lugar, ao pensar o intervencionismo estatal e a dependência externa como regularidades históricas na região, reforçando-se mutuamente, nosso autor consegue se contrapor ao discurso ideológico liberal, questionando as noções de não intervenção estatal e de dualismo estrutural, e situando o papel do Estado e das suas tarefas no projeto produtivo que se busca implantar (e nas contradições que desse projeto emergem). Em terceiro lugar, a reivindicação do concreto e a sua materialização no enfoque histórico defendido por Kaplan expressam a relevância de uma postura investigativa sobre o estatal que olhe para o particular das suas condições históricas concretas, para aquilo que as sociedades latino-americanas têm em comum, como forma de recuperar perspectivas menos fragmentárias sobre *Nuestamérica*. Por fim, esperamos, através deste trabalho, ter chamado a atenção não apenas para a necessidade de discutirmos criticamente a questão do Estado na nossa região, mas, também, para fazê-lo resgatando as contribuições dos nossos cientistas sociais clássicos, contribuições essas que, como ficou aqui evidenciado, representam valiosos subsídios à reflexão atual.

## REFERÊNCIAS

- BECERRA-RAMÍREZ, Manuel (coord.). **Homenaje a Marcos Kaplan**. México: UNAM, 2005a. Disponível em: <http://ru.juridicas.unam.mx/xmlui/handle/123456789/10700> Acesso em 11 set. 2023.
- BECERRA-RAMÍREZ, Manuel. Marcos Kaplan, un científico social. Semblanza. In: BECERRA-RAMÍREZ, Manuel (Coord.). **Homenaje a Marcos Kaplan**. México: UNAM, 2005b, pp. 1-9. Disponível em: <http://ru.juridicas.unam.mx/xmlui/handle/123456789/10700> Acesso em 11 set. 2023.
- GRANATO, Leonardo. **O Estado latino-americano: Teoria e história**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- KAPLAN, Marcos. Estado, dependencia externa y desarrollo en América Latina (Notas para un esquema analítico). **Estudios Internacionales**, Santiago, vol. 2, n. 2, 1968 pp. 179-213. <https://doi.org/10.5354/0719-3769.1968.19205>.
- KAPLAN, Marcos. **El Estado en el desarrollo y la integración en América Latina**. 1ª Ed. Caracas: Monte Ávila Editores, 1969.
- KAPLAN, Marcos. **Aspectos políticos de la planificación en América Latina**. 1ª Ed. Montevideo: Biblioteca Científica, 1972.
- KAPLAN, Marcos. **Formación del Estado nacional en América Latina**. 2ª Ed. Buenos Aires: Amorrortu, [1969] 1976.
- KAPLAN, Marcos. El Leviatán criollo: Estatismo y sociedad en la América Latina contemporánea. **Revista Mexicana de Sociología**, México, vol. 40, n. 3, 1978, pp. 795-829. <https://doi.org/10.2307/3539666>
- KAPLAN, Marcos. **Aspectos del Estado en América Latina**. 1ª Ed. México: UNAM, 1981.
- KAPLAN, Marcos. La teoría del Estado en la América Latina contemporánea: el caso del marxismo. **El Trimestre Económico**, México, vol. L(2), n. 198, 1983, pp. 677-711. <http://www.jstor.org/stable/23395699>
- KAPLAN, Marcos. **Estado y sociedad**. 4ª Ed. México: UNAM, [1978] 1987.
- KAPLAN, Marcos. El Estado y la teoría política y constitucional en América Latina. In: GONZÁLEZ-CASANOVA, Pablo (Coord.). **El Estado en América Latina: Teoría y práctica**. 1ª Ed. México: Universidad de las Naciones Unidas; Siglo Veintiuno, 1990, pp. 70-107.
- KAPLAN, Marcos. **El Estado latinoamericano**. 1ª Ed. México: UNAM, 1996. <http://ru.juridicas.unam.mx/xmlui/handle/123456789/8991>
- KAPLAN, Marcos. Ciencia Política e interdisciplina: una perspectiva teórica del Estado latinoamericano. Entrevista con Marcos Kaplan. [Entrevista concedida a Héctor Zamitiz Gamboa]. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, México, vol. 44, n. 176, 1999, pp. 183-200.

Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/rmcyps/article/view/49016/44079>  
Acesso em 11 set. 2023.

KAPLAN, Marcos. **Estado y globalización**. 1ª Ed., 1ª Reimpressão. México: UNAM, [2000]  
2008. <http://ru.juridicas.unam.mx/xmlui/handle/123456789/9251>

**RESENHA**  
**A ESCOLHA DA GUERRA CIVIL: UMA OUTRA HISTÓRIA DO**  
**NEOLIBERALISMO**

Pierre Dardot, Haud Guéguen, Christian Laval & Pierre Sauvêtre

Leonardo Barbosa e Silva<sup>1</sup>

Desde que Dardot e Laval tornaram-se mais conhecidos em terras brasileiras, suas obras têm assumido um papel importante para compor o referencial progressista na interpretação da natureza e dos efeitos das políticas neoliberais. A obra que inspira essa resenha insere-se no contexto que se pode chamar de desdobramentos daquela recepção. O lançamento de *A nova razão do mundo* (DARDOT; LAVAL, 2017) na América Latina (no Brasil e no Chile em particular), suscitou acolhimento, diálogos e críticas, e entre as últimas, a necessidade de pensar a relação íntima entre neoliberalismo e violência para além do território europeu. Na mala de regresso os autores levaram, portanto, as sugestões colhidas. A fecundidade dos diálogos desaguou na criação do Grupo de Estudos sobre Neoliberalismo e Alternativas (GENA) e na redação, em parceria com Guéguen e Sauvêtre, de *A escolha da guerra civil – uma outra história do neoliberalismo*.

Tal como o anterior, esse livro é suscitador de frutíferas reflexões. A escolha do título e do subtítulo revela um primeiro acerto, afinal seria possível apresentar boa parte do conteúdo da obra na síntese batismal. Esse será o fio condutor da resenha.

Ao anunciar a apresentação de uma outra história do neoliberalismo, o livro prenuncia conteúdo inovador. O neoliberalismo, a exemplo de outros termos igualmente desgastados pelo uso, tem sido objeto de um sem-número de textos, acadêmicos ou não. Sua elasticidade quase

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia (1999), mestrado e doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003 e 2008). Foi Pró-reitor de Assistência Estudantil da UFU, secretário nacional e coordenador nacional do Fórum de Pró-Reitores de Assistência Estudantil (FONAPRACE/ANDIFES). Participou da coordenação da IV e V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES (ANDIFES). Atualmente é professor da Universidade Federal de Uberlândia, vinculado no Instituto de Ciências Sociais, unidade que dirigiu de março a novembro de 2020. No mesmo instituto coordena o Núcleo de Sistema Político e Políticas Públicas (NUPP) e o Grupo de Pesquisa Observatório de Políticas Públicas (OPP). Atua no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia. Hoje coordena pesquisas sobre evasão, retenção e perfil discente nas instituições federais de ensino superior. Tem experiência na área de Sociologia e Ciência Política, com ênfase em Estado Brasileiro e Políticas Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: reforma administrativa, reforma do Estado, neoliberalismo, evasão e retenção no Ensino Superior, perfil dos graduandos das universidades federais e assistência estudantil.

infinita o condena a, ao tentar explicar tudo, ser incapaz de explicar o essencial. Desta feita, seria duplamente auspicioso se propor a enfrentar um objeto já tão estudado.

A outra história apresentada é, na verdade, a história das ideias neoliberais. Ainda que o caso da experiência chilena componha um dos doze capítulos, o recheio predominante diz respeito à recuperação no tempo de certa racionalidade, ou seja, a história da nova razão do mundo. Para recontar a longa trajetória, o livro valeu-se de escritos dos anos 1920 até os dias de hoje, e resgatou as obras de ordoliberais, da Escola Austríaca e da Escola de Chicago, com ênfase nas duas primeiras.

Em que pese o fato de que a diversidade entre as escolas possa indicar posicionamentos mais ou menos conservadores, ou mais ou menos reacionários, o texto conseguiu demonstrar aqueles elementos de comunhão, sabidamente 1) a defesa de um Estado forte com capacidade de reprimir as oposições, 2) a defesa da violência conservadora da ordem do mercado contra a democracia e a sociedade e 3) um projeto político (estratégia) de neutralização do socialismo e das formas de exigência de igualdade.

Penso ser possível comemorar o fato de que a obra não se alinha a uma parte considerável da produção teórica acerca do tema que ainda insiste em usar o termo Estado Mínimo para designar a forma de atuação estatal defendida por neoliberais. Assim, nos usos e abusos do termo, consagrou-se a tese de que reduzir o tamanho e a atuação estatais consistiria na característica essencial do neoliberalismo. A escolha da guerra civil nos permite deixar para trás a expressão enganosa que tantas vezes se viu desconfortável diante da história, tal como na ampliação do gasto social no governo Thatcher (ANDERSON, 1995) ou na intervenção contundente na recuperação do sistema financeiro nacional ao final dos anos 1990 no Brasil (LAMOUNIER; FIGUEIREDO, 2002; LESBAUPIN, 1999; PETRAS; RAMPINELLI; OURIQUES, 1997) e nos EUA nos anos 2008 (BRESSER-PEREIRA et al., 2009; LIMA; DEUS, 2013; MAZZUCHELLI, 2008). Deste modo, o Estado sonhado pelo pensamento neoliberal é forte e interventor, e o intervencionismo próprio ao neoliberalismo é aquele “preocupado em criar e sustentar a armadura jurídica indispensável à ordem do mercado” (DARDOT et al., 2021, p. 38).

Entretanto, há também menos novidade em afirmar que o neoliberalismo é um projeto político violento, material e simbolicamente, contra seus opositores mais relevantes (o Estado Providência, o Socialismo, a soberania popular, a democracia de massas e o coletivismo). Outros autores e autoras já haviam demonstrado se tratar de “um programa de destruição metódica dos coletivos” (BOURDIEU, 1998), uma verdadeira vingança do capital contra o trabalho (ANTUNES, 2008), um projeto autoritário e violento (HARVEY, 2014) voltado à destruição do

Estado de Bem-estar (DRAIBE, 1993a, 1993b; SOARES, 1999) e do nacional-desenvolvimentista (CANO, 1999), e rivalizando com a democracia (BORÓN, 2003).

Ainda assim, parece um traço meritório do livro a ênfase no aspecto da violência. Sobretudo ao dar voz a Mises e Hayek para que se comprove, desde os inaugurais momentos da teoria neoliberal, sua filiação indelével às mais diversas formas de violência, do fascismo às ditaduras sanguinárias latino-americanas, bem como o desprezo pelo povo e suas decisões.

Justamente na vaga do discurso violento dos pais fundadores da Sociedade de Mont Pélerin é que se ancora a tese central do livro e seu título próprio título. A tese nuclear pode ser descrita como sendo “O neoliberalismo procede, desde as origens, de uma escolha fundadora: a escolha da guerra civil” (DARDOY et al., 2021, p. 22). Note-se que a origem ou procedência do neoliberalismo reside numa escolha fundadora. Ao compreender assim, os autores e a autora extraem da guerra civil qualquer forma de circunstancialidade enquanto marca do pensamento neoliberal, e passam a conferir-lhe estruturalidade, organicidade e imanência.

Todavia, convém alertar que o uso da expressão guerra civil é distinto daquele que se convencionou entender por um conflito armado interno entre agrupamentos sociais organizados e distintos. No caso em tela, o conteúdo diz respeito ao curso de uma guerra total (sociais, étnicas, políticas e jurídicas, culturais e morais) contra grupos sociais de clivagens diversas, a partir de estratégias diversificadas (locais e globais) e opondo coalizões oligárquicas a certos setores da população. Fruindo de certa liberdade interpretativa, diria se tratar de um conserto de extermínio dos rivais do neoliberalismo, de caça a todos e todas que na sua existência materializam a negação da supremacia decisória do livre mercado. Deste modo, pessoas portadoras de direitos sociais, estrangeiras em migração, resistentes em organizações representativas e progressistas de maneira geral compreenderiam alguns dos agrupamentos sociais a serem vitimados pela guerra.

Para arrematar apoio histórico às descobertas das ideias, a obra mobiliza com brevidade as experiências trumpista e bolsonarista, e se detém com mais paciência sobre a Ditadura de Pinochet. À primeira vista, as experiências históricas cabem como uma luva ao argumento, pois conseguem expressar com profusão de exemplos a guerra escolhida.

No entanto, algumas ressalvas seriam necessárias para ponderar o argumento. A primeira diria respeito à necessidade de diferenciar aquilo que é o conteúdo e o percurso discursivo do pensamento neoliberal daquilo que é sua prática manifesta em gestões governamentais. A bem da verdade, tal necessidade já havia sido exposta por outros autores (HARVEY, 2014), no entanto a circunstância torna-a novamente oportuna.

Antes de tudo, cabe refletir se governos são prolongamentos de teorias e de discursividade acadêmica. Se a escolha da guerra civil salta das páginas para os gabinetes, definindo-lhes agendas e decisões. Governos são, como se sabe, resultados de conjunturas muito ricas e específicas. Das coligações às coalizões, duelos de classes, frações de classes e demais grupos sociais forjam um cenário cuja correlação de forças pode definir a extensão dos compromissos de mandatos. Ora, diante do exposto, pode-se concluir que a liberdade que o discurso neoliberal possui para firmar compromissos com a guerra civil pode não se replicar em governos tipicamente neoliberais, pois esses dependem muito mais do quadro das forças em luta. Com efeito, a escolha da guerra civil em termos discursivos pode não operar em termos governamentais e, portanto, tal escolha seria muito mais ontologicamente relativa ao discurso do que à prática.

Não se quer objetar o fato incontestado de que vários governos neoliberais operaram a guerra civil, no entanto, como admitem em passagens zelosas no livro, é possível reconhecer experiências neoliberais mais amenas, galvanizadas adaptativamente às condições dadas em cada país (DARDOT et al., 2021, p. 67). Nessas linhas que relativizam ou contextualizam a expressividade imanente da guerra, os autores e a autora ajustam melhor o argumento, no entanto o ajuste ainda continua em franco choque com a tese central do livro.

Outra ressalva pode ser trazida à tona e tem origem semelhante à anterior, pois retira da história a ilustração para tensionar o argumento. Vejamos, o conjunto de violências elencadas pela obra como escolha fundadora do neoliberalismo pode ser encontrado em momentos não neoliberais. O capitalismo, desde sua consolidação no norte global, especificamente a partir das Revoluções Francesa e Industrial, declarou guerra às associações sindicais. Igualmente assassinou militantes paredistas ou sufragistas, sacrificou mulheres e imigrantes, impôs genocídios e etnocídios em vários continentes. De luditas à StoneWall, das mulheres da Triangle Shirtwaist aos povos exterminados pelo imperialismo neocolonialista, o capitalismo tem escrito sua história com a estratégia da eliminação das oposições, das resistências e dos direitos. A guerra civil, então, não parece ser um traço típico da história do pensamento neoliberal, mas, talvez, da existência do capitalismo.

Há certa probabilidade que a associação ontológica entre a guerra civil e o pensamento neoliberal tenha sido assanhada pelo crescimento da extrema direita em vários lugares do mundo. Além de sua presença evidentemente mais expressiva nos anos recentes, também chama a atenção sua associação às bandeiras tipicamente neoliberais. Entretanto, deve-se retomar a história para que se entenda a natureza do capitalismo, as particularidades do neoliberalismo e a contextualidade da emergência da extrema-direita. Ao levar os dois últimos para a dimensão da imanência, a obra corre



o risco de não construir os limites entre conjuntura e estrutura. A saída que se pode sugerir passaria por alertar quem lê acerca da natureza da obra. Trata-se mais, e como se anunciou anteriormente, de uma história das ideias neoliberais, do que uma história das práticas governamentais do neoliberalismo. O alerta está no corpo do livro, mas a abordagem conferida parece trair-lhe. Assim, corre-se o risco de apresentar o neoliberalismo como um sistema total, ciente, funcional, sem história e sem territorialidade. Um sistema que independe das classes e das correlações de forças. Um sistema que se coloca universalmente a partir de sua essência.

Por fim, uma derradeira ressalva. Em que pese o fato de a obra ter se dedicado a analisar a violência do neoliberalismo também fora da Europa, ainda resta claro que a totalidade da história das ideias neoliberais é europeia, com textos e autores europeus. Seria, portanto, prudente inquirir: a escolha teórica de neoliberais europeus pela guerra civil a devida fonte para pensar o neoliberalismo no mundo? Da mesma forma, caberia perguntar: as experiências históricas do sul global, desde a emergência do capitalismo, se fizeram sem guerra civil? Antes mesmo de que qualquer conteúdo discursivo neoliberal se pusesse de pé, a guerra civil já era a tônica para a vida de escravizados e povos nativos. E quando o colonialismo perdeu seu vigor e a colonialidade passou a imperar, a guerra civil continuou opondo coalizões oligárquicas locais e internacionais às resistências periféricas. Quem são os mortos dentro da noite feroz, ontem e hoje? Quem são os que tombaram pela Roda Viva, a quem o Rapa procura? Pretos e pretas, mulheres e povos nativos, imigrantes e LGBTQI+ estão onde sempre estiveram desde a modernidade, na alça de mira de uma guerra civil.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. Em: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. 8a ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo L. C. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Em: **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. [s.l: s.n.]. p. 212.

BORÓN, Atilio. La sociedad civil después del diluvio neoliberal. Sader E, Gentili P,(comps.) **La trama del neoliberalismo. Mercado, crisis y exclusión social**. Buenos Aires: CLACSO/EUDEBA, [S. l.], 2003.

BOURDIEU, Pierre. A essência do neoliberalismo. **Le Monde Diplomatique**, [S. l.], 1998. Disponível em: <https://mondediplo.com/1998/12/08bourdieu>.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos et al. **A crise financeira de 2008**. Brazilian Journal of Political Economy, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 133–149, 2009.

CANO, Wilson. América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. **Em: Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Zero à esquerda**3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 491.

DARDOT, Pierre; GUÉGUEN, Haud; LAVAL, Christian; SAUVÉTRE, Pierre. **A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Campinas: Boitempo Editorial, 2017. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=JvFFDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=dardot+laval&ots=Rg09ToI8tv&sig=xtg3vnQ0dXOqivaEamQa-A79cBw#v=onepage&q=dardot+laval&f=false>.

DRAIBE, Sonia M. As políticas sociais e o neoliberalismo-reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **revista USP**, [S. l.], n. 17, p. 86–101, 1993. a.

DRAIBE, Sônia Miriam. **O redirecionamento das políticas sociais segundo a perspectiva neoliberal**. Em: Brasília: Serviço Social da Indústria, 1993. b.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (ORG.). **A era FHC: um balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

LESBAUPIN, Ivo. **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999. Disponível em: <http://www.sidalc.net/cgi-bin/wxis.exe/?IsisScript=BIBA.xis&method=post&formato=2&cantidad=1&expresion=mfn=010523>.

LIMA, Thaís Damasceno; DEUS, Larissa Naves. A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira. **Revista Cadernos de Economia**, [S. l.], v. 17, n. 32, p. 52–65, 2013.

MAZZUCHELLI, Frederico. A crise em perspectiva: 1929 e 2008. **Novos estudos CEBRAP**, [S. l.], p. 57–66, 2008.

PETRAS, James; RAMPINELLI, Walder; OURIQUES, Nildo. **No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC**. Xamã ed. São Paulo.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. 1ª reimpre ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.